

## ARTIGO

# NÓS E NOSSA MEMÓRIA

ANA MARIA MARQUES CAMARGO MARANGONI  
PROFESSORA APOSENTADA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA FFLCH-USP.

O título “Nós e nossa memória”, acima, tem uma proposital ambigüidade: “nós”, quem?

De um lado, cada um de nós.

De outro, o conjunto de pessoas pertencentes à comunidade desta Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

E “memória”, qual?

De um lado, também a memória de cada um, as lembranças de cada um.

De outro, a Memória da Faculdade e da própria Universidade de São Paulo.

Lamentavelmente, são poucas as oportunidades para a apresentação coletiva de tais memórias, por uma série de razões. Entre estas, queremos dar destaque a uma delas, que funciona como fator inibitório, pelo que temos podido observar: a censura irresponsável dos que acham que lembranças são sempre saudosistas, na linha do “relembrar é viver”, “relembrar é viver outra vez”, do culto ao passado. E isso leva muitas vezes a alguma autocensura praticada pelos que contam com boa memória, são detentores de lembranças interessantes, mas não querem passar por saudosistas como os que costumam afirmar que “bons tempos eram aqueles” em contraposição aos tempos atuais. E assim se perdem inúmeras oportunidades de aproveitamento de lições do passado, de informações que ajudam a explicar os dias atuais.

Exemplifico, aproveitando a oportunidade que me foi oferecida neste período de comemorações de aniversário da fundação de nossa Faculdade: tenho certo gosto por conversar, e posso afirmar que nossos alunos, em grande proporção, também gostam de conversar “a fundo perdido”, de ouvir histórias de outros

tempos, de ter acesso a informações sobre fatos e situações que embora banais para quem as viveu, enriquecem seu próprio acervo de conhecimento, significando ferramentas que ajudam a desvendar motivos de suas vivências presentes. É o caso de alunos da Faculdade que não conhecem sequer a estrutura atual da mesma, confundindo Faculdade com a Instituição Universidade, dizendo ou escrevendo que cursam a “Faculdade de Geografia”, ou de História, de Letras e assim por diante: passam a dar atenção a isso quando ficam sabendo que (*noosssa!...*) a Faculdade (hoje apelidada pelo feio “fefeleche”, que soa tão pejorativo para muitos, talvez por fazer lembrar o termo xexelento) contava até fins da década de 1960 com os Departamentos que deram origem aos hoje Institutos e Faculdades de Educação, Psicologia, Física, Química, Ciências Biológicas, Matemática, Estatística, Geologia... interessam-se também ao saber que a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dava especial e dedicada atenção à formação de professores para a rede de ensino público, considerando de forma expressiva os aspectos didáticos e de conteúdo direcionados para o então ensino ginasial, colegial (clássico e científico) e técnico, notadamente, neste caso, o de formação de professores do então chamado ensino primário. E minha experiência tem demonstrado que, a partir de tais informações, as conversas adquirem novos rumos, com novos questionamentos quanto às situações atuais.

Um outro aspecto que merece destaque: o de que o conhecimento de problemas e soluções de problemas do passado podem servir para o equacionamento, a explicação e a solução para problemas presentes. Repisando o acima referido: as lembranças do passa-

do podem ajudar na solução de muitos dos problemas relativos à efetiva formação, que vá além da simples habilitação, de professores; dos problemas de insegurança e, vá lá, de auto-estima dos professores recém-habilitados em relação a conteúdos e materiais didáticos; de formas de exposição; de atitudes frente aos alunos e outros, menores, mas que angustiam o professor que admite sua responsabilidade como agente do processo de ensino-aprendizagem. É possível comparar aos de hoje, por exemplo, os seminários em disciplinas de graduação que cursei, em que se adotava um sistema de crítica à apresentação levando em conta a postura corporal e o comportamento de quem apresentasse o seminário (movimentação pela sala, gestos de reforço de expressão, os tons de voz, a atenção aos alunos), a linguagem utilizada (terminologia adequada, correção gramatical, o uso inadequado de gírias, os “tiques verbais” como “né?”, “ham”, “huuuuum”, “entendeu?”), o uso e adequação de materiais didáticos, o uso de recursos técnicos (giz e lousa, diapositivos, retroprojetores) e, não podia deixar de ser considerado, o tema e o conteúdo apresentado, além da bibliografia utilizada. Parece muito, para os dias de hoje? São detalhes excessivos? Talvez. Mas, sem dúvida, não seria perda de tempo a discussão da importância de tais procedimentos, se o que se deseja, hoje, é melhorar a formação dos professores de nossas escolas, públicas ou privadas.

E se estamos falando em lembranças, um tema para cuja discussão muitas delas podem ser de suma importância: o significado da Faculdade, ontem e hoje, no contexto da Universidade. E isso levando em conta que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras serviu de modelo, em sua estrutura e organização, a um sem número de instituições de Ensino Superior em todo o país, até mesmo depois que a Reforma Universitária, a partir de fins dos anos 1960, propiciou a criação de novos grupamentos de carreiras em muitas dessas instituições.

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| <b>ARTIGO</b>  |    |
| NÓS E NOSSA MEMÓRIA .....  | 1  |
| ANA MARIA MARQUES CAMARGO MARANGONI  |    |
| <b>HOMENAGENS</b>  |    |
| RUTH CARDOSO .....   | 4  |
| GABRIEL COHN   |    |
| ESPECIAL RUTH CARDOSO .....  | 4  |
| POR GUSTAVO DAINEZI  |    |
| PROF. DR. JOSÉ GUILHERME MAGNANI FALA SOBRE RUTH CARDOSO .....                             | 5  |
| POR GUSTAVO DAINEZI  |    |
| PROF. DR. JOSÉ ÁLVARO MOISÉS FALA SOBRE RUTH CARDOSO .....                                 | 5  |
| POR GUSTAVO DAINEZI  |    |
| PROFA. DRA. EUNICE DURHAM FALA SOBRE RUTH CARDOSO .....                                    | 7  |
| POR GUSTAVO DAINEZI  |    |
| HOMENAGEM À PROFESSORA MARIA D'ALVA GIL KINZO .....  | 11 |
| MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA  |    |
| SAMIRA IUNES - PROFESSORA EXEMPLAR .....   | 12 |
| DIVA DAMATO  |    |
| HOMENAGEM AO PROFESSOR HAQUIRA OSAKABE .....   | 13 |
| ANTONIO MEDINA RODRIGUES   |    |
| <b>PREMIAÇÃO</b>   |    |
| PROFA. MUNIRA MUTRAN RECEBE TÍTULO DE DOUTORA <i>HONORIS CAUSA</i> NA IRLANDA .....        | 15 |
| POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA   |    |
| <b>ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO</b>   |    |
| ANDAMENTO DAS REFORMAS DOS PRÉDIOS DA FFLCH .....  | 15 |
| POR GUSTAVO DAINEZI  |    |
| CURSOS DE DUPLA HABILITAÇÃO EM LETRAS TERÃO DURAÇÃO AMPLIADA .....                         | 16 |
| POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA   |    |
| INTERCÂMBIO NACIONAL: UMA OPÇÃO A MAIS PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS DA FFLCH ..... | 18 |
| POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA   |    |
| <b>MEMÓRIA</b>   |    |
| PROFA. HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO .....  | 19 |
| POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA   |    |
| PROF. JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI (DF) .....   | 22 |
| POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA   |    |
| PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA MARTINS .....  | 24 |
| POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA   |    |
| PROFA. DRA. MARIA CECÍLIA DE MORAES PINTO (DLM) .....                                      | 28 |
| POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA   |    |
| PROF. VICTOR KNOLL (DF) .....  | 31 |
| POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA   |    |
| <b>EVENTOS</b> .....   | 36 |
| <b>ESPAÇO DO FUNCIONÁRIO</b>   |    |
| SÉRIE: A FFLCH VISTA POR DENTRO .....  | 39 |
| POR GUSTAVO DAINEZI  |    |
| SOLANGE, FUNCIONÁRIA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FFLCH .....                            | 42 |
| POR LAÍS LUCAS MOREIRA   |    |
| <b>PRODUÇÃO DA FACULDADE</b> .....   | 45 |

## EXPEDIENTE



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**REITORA:**

Profa. Dra. Suely Vilela

**VICE-REITOR:**

Prof. Dr. Franco Maria Lajolo



**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DIRETOR:**

Prof. Dr. Gabriel Cohn

### COMITÊ EDITORIAL DO INFORME:

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitri (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL) e Sra. Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros – MTb 35814 (Membro Assessor).

### SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

**COORDENAÇÃO:** Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros. **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815. **COLABORADORES:** Gustavo Dainezi, Laís Lucas Moreira, Priscilla Vicenzo da Silva e Ricardo Balsani Ferraz. **REVISÃO:** Priscilla Vicenzo da Silva e Sílvio C. Tamasso D'Onofrio. **FOTOS:** Eusebio Gregorio Costa.

**GRÁFICA – FFLCH:** Impressão e acabamento - **TIRAGEM:** 1200 exemplares.

Outro tema cuja discussão deveria ter maiores informações, muitas delas ainda não tendo sido alvo de publicações, e que se apresentaria certamente como motivo para interessantes polêmicas, pelo conteúdo emocional e ideológico que o caracteriza: a organização e a representação estudantil, seus feitos e glórias, seus “causos” e história. Quem sabe os alunos não retomariam o hábito de produzir registros como atas de reuniões e assembléias, de compor chapas com cargos de responsabilidade individual, já que não há mais aquele tipo de representação que levou à desestruturação de um modelo que pode ter ainda hoje, com as devidas adaptações, grande potencial de aumento de expressão e resultados das agremiações e representações?

Mais um tema: quanto e o que liam os alunos da Faculdade em seus primórdios? E há 60, 50, 40, 30 anos? E hoje? Não conheço nenhuma pesquisa a respeito, e só posso falar com segurança de minha própria experiência. Não é para humilhar qualquer geração, nem envergonhar-me da minha, mas o normal é que os alunos gostavam de ler, ao entrar na Faculdade, e não perdiam esse gosto depois disso. Boa parte tinha lido por gosto, e não por obrigação, muitos dos clássicos da literatura em língua portuguesa. Por isso, e pela amplitude de aspectos de sua vivência, tinham um universo vocabular muito amplo e diversificado. O que permitia, talvez, uma leitura rica em entendimentos e imagens, facilitando o gosto por mais leituras. Havia, pode-se dizer, certo escalonamento de leituras, que iam dos gibis – histórias em quadrinhos – aos clássicos da literatura universal, passando pelos romances água-com-açúcar (M. Delly), pelos romances capa-e-espada (Alexandre Dumas), pelos livros de aventuras (R. L. Stevenson, R. Kipling), de ficção científica (Júlio Verne) e de policiais (Conan Doyle, Ágatha Christie), pelas obras de poesia, e assim por diante. E não eram só os jovens das grandes cidades que liam: havia o recurso ao reembolso postal, e as empresas que faziam largo uso desse sistema, com coleções de caráter diverso, por gênero literário, temas ou autores (Coleção Saraiva, Clube do Livro, enciclopédias). Será que os jovens hoje não gostam de ler, ou são poucas as oportunidades de exercício de leitura como lazer que lhe são apresentadas? Com apoio nessas lembranças, e nas possibilidades de acesso à leitura hoje

existentes, é que continuo a surpreender-me pelo fato de não contarmos até agora, pelo menos no âmbito da Faculdade, com salas de leitura de lazer, com acervos dedicados ao empréstimo de obras de ficção, com sistema de aquisição tanto de obras de autores clássicos, como de literatura de sucesso momentâneo de vendas, tanto de livros, digamos, de ficção científica como de poesias ou sobre informática. Quem sabe não voltaríamos a ter um maior índice de leitura livros/aluno?

Alongo estas considerações com mais um exemplo de lembranças pessoais que, posso afirmar, estão longe do saudosismo, mas apresentam um momento da vida da Universidade que pode servir para a reflexão, e elas se referem a uma interessante experiência vivenciada durante um certo tempo no *campus* da Cidade Universitária (CUASO – Cidade Universitária “Armando Salles Oliveira”). Por um breve período inicial, a partir da ocupação do Conjunto Residencial da Cidade Universitária, o CRUSP, em 1963 (quarenta e cinco anos, já!), um grupo de menos de cem alunos (os Pioneiros) e os que se lhe seguiram, ainda em 1963, puderam experimentar um processo de integração estudantil *sui-generis* a partir da decisão, proposta pelos próprios estudantes: a de que, em cada apartamento destinado a três pessoas, não pudessem morar três alunos do mesmo curso, e em casos de cursos com muitos moradores (caso da Politécnica), pelo menos se diversificassem as especialidades dos residentes. Embora houvesse alguns apartamentos que se constituíram em exceção a essa sugestão, o fato é que houve uma inusitada integração dos estudantes, com troca de informações e conhecimentos em áreas diversas, com alunos de um curso interessando-se por disciplinas de outros, com a complementação de conhecimentos na realização de trabalhos escolares, e assim por diante. E isso se estendeu a alunos não moradores, a relacionamentos estudantis que se transformaram, mais tarde, em relacionamentos profissionais, em atividades multi e interprofissionais. Outra medida então adotada foi a referente às bolsas-trabalho; a moradia e alimentação não eram gratuitas, embora subsidiadas em parte (pobreza não era o principal critério para admissão, dadas as características do programa inicial, e os alunos podiam candidatar-se a uma

bolsa-trabalho); a originalidade de tal programa era que se valorizava também o trabalho não-acadêmico, pois os bolsistas desempenhavam atividades junto aos caixas do restaurante universitário, a contabilidade do conjunto residencial, e trabalhos similares. Cabe lembrar, aqui, que a proposta do programa de moradia em questão partia não apenas da vontade de solucionar problemas individuais de um lugar para hospedagem, mas de um projeto de Universidade que então se propunha, e em que a

vivência entre os alunos tinha merecido destaque.

Enfim, há inúmeras outras lembranças similares em seu potencial motivador para discussões e análises de situação que se fazem tão necessárias nos dias atuais. Cabe aqui desejar que este periódico possa estar dando início a um duradouro processo de registro e encadeamento de depoimentos, que por sua vez faça valorizar e incrementar o Projeto Memória da Faculdade, que tão séria e abnegadamente tem sido levado pelos que o desenvolvem.

## HOMENAGENS

### RUTH CARDOSO

A morte da mestra e colega Ruth Cardoso nos deixa a todos, nesta Faculdade à qual ela dedicou toda a sua vida acadêmica, profundamente tristes e ao mesmo tempo gratos pelo muito que fez nos anos em que esteve conosco. Sua presença sempre foi generosa e intelectualmente exigente, como podem atestar aqueles que estudaram e trabalharam com ela. Ao lançar seu olhar de antropóloga sobre as novas formas de organização e de movimentos sociais, ela não só contribuiu para o estudo da sociedade brasileira contem-

porânea como lançou as bases para a sua relevante participação na vida pública nacional. Tudo isso serviu, também, para aguçar o seu olhar para as grandes questões da defesa dos direitos na sociedade brasileira, a começar pelos das mulheres. A FFLCH guardará sua memória com respeito e carinho.

Prof. Dr. Gabriel Cohn

Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

### ESPECIAL RUTH CARDOSO

POR GUSTAVO DAINEZI

Deixou-nos, em 2008, uma das mais respeitadas acadêmicas formadas por esta Faculdade. Ter o nome de Ruth Corrêa Leite Cardoso em nossa história é motivo de grande orgulho. Ruth foi uma professora que construiu sua história na USP com a solidez de uma intelectual de altíssimo nível.

Em homenagem a esta grande acadêmica e, sobretudo, a esta grande pessoa, o INFORME FFLCH entrevistou professores que tiveram contato intenso com ela e que foram bastante marcados por sua personalidade única e especial.

## PROF. DR. JOSÉ GUILHERME MAGNANI FALA SOBRE RUTH CARDOSO

POR GUSTAVO DAINEZI

*José Guilherme Cantor Magnani é professor do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP e coordenador no Núcleo de Antropologia Urbana da USP e da revista PONTO.URBE. Atua nos seguintes temas: antropologia urbana, etnografia, cultura, cidade, sociabilidade, lazer, metrópole, religiosidade. É autor do livro Festa no Pedço: cultura popular e lazer na cidade, pela Editora UNESP. Foi aluno de Ruth Cardoso, que orientou sua tese de doutoramento.*

### **INFORME: Que características foram as mais marcantes de dona Ruth como professora?**

JGM: Ruth Cardoso sabia como aliar a parte teórica, através do incentivo à leitura e discussão dos textos clássicos da Antropologia, com a necessidade da pesquisa de campo, elemento fundamental para a formação do antropólogo.

### **INFORME: Ser aluno dela marcou a sua carreira acadêmica? De que forma?**

JGM: Ruth Cardoso marcou minha carreira acadêmica tanto na qualidade de orientadora de tese de doutorado como abrindo possibilidades de exercitar, em outros

contextos, a pesquisa antropológica. Assim, participei de projetos em que a Profa. Ruth era coordenadora, no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e no CEDAC (Centro de Estudos e Documentação para Ação Comunitária). Além do mais, a Profa. Ruth teve marcante participação em fóruns e congressos acadêmicos, com destaque para o Grupo de Trabalho da Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais “Ideologia Política e Cultura Popular” do qual participavam muitos de seus orientandos.

### **INFORME: Comente as principais virtudes de Ruth dentro do campo da Antropologia.**

JGM: Na Antropologia Brasileira, a profa. Ruth deixou um importante legado, que é o estudo do fenômeno urbano como tema para a análise antropológica, até então habitualmente voltada para pesquisas de populações de pequena escala, em contexto rural ou indígena. A temática da periferia urbana dos grandes centros, por exemplo, como palco de importantes movimentos sociais, constituiu uma preocupação da professora, que buscava complementar a lógica da dinâmica social e cultural com as motivações e estratégias políticas dos atores envolvidos.

## PROF. DR. JOSÉ ÁLVARO MOISÉS FALA SOBRE RUTH CARDOSO

POR GUSTAVO DAINEZI

*José Álvaro Moisés é professor titular do Departamento de Ciência Política e Diretor do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas – NUPPs, da USP. É especialista em Teoria Democrática, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, transição política, cidadania e direitos políticos, cultura política e instituições democráticas. É autor, entre outros livros, de Os brasileiros e a democracia (Ed. Ática, SP, 1995).*

### **INFORME: Como foi a sua relação acadêmica com a professora Ruth?**

JAM: Tive uma experiência extraordinária quando

fui seu aluno no curso de Ciências Sociais da FFLCH. Realizei, sob sua orientação e da profa. Eunice Durham, minha primeira pesquisa de campo na periferia de São Paulo, uma experiência que marcou definitivamente a minha carreira acadêmica. A orientação da pesquisa foi muito rica porque a Ruth se preocupava em pesquisar as condições de vida da população e, em especial, a sua orientação cultural - um fator marcante em toda a sua carreira. Ela já se revelou então uma grande mestra, além de uma professora cuidadosa, preocupada em transmitir não apenas conhecimento teórico, mas uma visão de mundo aos seus alunos, na qual a conduta científica rigorosa e ética eram muito importantes.

**INFORME: Quais suas principais características como pesquisadora?**

JAM: Ela era uma pessoa de grande acuidade científica. Distinguiu-se por uma característica muito positiva, que era considerar devidamente as opiniões de seus alunos e de seus colegas, encorajando-os a aprofundarem as suas intuições e a transformá-las em conhecimento com a pesquisa. Tinha uma conduta meticulosa como pesquisadora, preocupava-se sempre com os fundamentos teóricos dos projetos e tinha uma característica rara que consistia em expor seus trabalhos publicamente, mesmo que em resultados ainda parciais, para a crítica de seus colegas. Ela partia dessas críticas para aprimorar o seu trabalho.

**INFORME: Quais foram as principais contribuições dela para a área de antropologia?**

JAM: A Ruth chamou a atenção para a necessidade dos estudos de Antropologia Urbana, além das abordagens tradicionais da disciplina. Nas Ciências Sociais, ela se caracterizava por sua grande capacidade de abordagens multidisciplinares, fato que a habilitava a ter uma visão da realidade muito rica e complexa, outro aspecto marcante da sua carreira. Seu trabalho foi muito importante ao chamar a atenção para o papel dos novos movimentos sociais – como o das mulheres, entre outros, e para o seu papel social e político. Sua visão era inovadora, na medida em que via a capacidade dos movimentos de participar da política e de dialogar com a sociedade, mesmo sem terem vinculação com siglas partidárias. Ela foi pioneira ainda ao chamar a atenção para o papel das organizações não-governamentais.

**INFORME: Como o senhor analisa a atuação dela como primeira-dama?**

JAM: A Ruth foi brilhante ao chamar a atenção da sociedade para o fato de que o Estado não é capaz de resolver todos os problemas sociais. Mostrou que a sociedade civil também tem um papel fundamental uma vez que seja capaz de se mobilizar. O seu programa “Comunidade Solidária” era um

híbrido - governamental e civil –, um convite para que a sociedade se organizasse para enfrentar os problemas sociais do país. Ela usou bem a circunstância de ocupar um papel tão notório, mesmo não gostando de ser chamada de primeira-dama, para colocar em ação um programa social responsável pela alfabetização de milhares de pessoas, às quais levou também muitos programas culturais, numa perspectiva que incentivava o desenvolvimento da cidadania plena. Uma das características mais importantes de sua ação social foi, para além da preocupação com a transferência de renda para os desprivilegiados, a educação para a cidadania.

**INFORME: Os programas sociais atuais estão em sintonia com o pensamento de Ruth?**

JAM: Penso que a maior parte dos programas sociais atuais são iniciativas que começaram no governo de seu marido, o professor Fernando Henrique Cardoso. É sem dúvida um mérito importante do governo atual ter conseguido consolidá-los e ampliá-los. Mas a experiência conduzida pela Ruth com o “Comunidade Solidária” tinha outro sentido, pois pressupunha contrapartidas e condicionalidades, como a garantia de que as crianças das famílias beneficiadas estariam na escola em tempo integral, não trabalhariam, por cuidado de seus pais. Hoje existem dúvidas se esta contrapartida funciona plenamente nos programas sociais. Por outras palavras, além de assistencialismo, a Ruth insistiu sempre em um elemento muito importante, a mobilização dos setores sociais carentes, para que fossem capazes de dialogar com o Estado com voz própria, sem intermediários.

**INFORME: Quais as principais lembranças que ficam do legado de Ruth Cardoso?**

JAM: Para mim, foi marcante a sua extrema generosidade, delicadeza e inteligência no trato com as pessoas. Ela era alguém sempre pronta a dar uma palavra de estímulo e de reforço aos outros. E assim marcou definitivamente as pessoas que conviveram com ela.

## PROFA. DRA. EUNICE DURHAM FALA SOBRE RUTH CARDOSO

POR GUSTAVO DAINEZI

### **INFORME – Conte-nos as suas experiências e como analisa intelectualmente a Ruth Cardoso.**

E. Durham - Comecei a trabalhar com a Ruth aproximadamente em 1957. Eu retornei dos EUA, onde fiz meu mestrado, e encontrei a Ruth, que havia sido indicada para o que na época se chamava de cadeira de Antropologia. Eu já tinha recebido um convite anterior, para ser auxiliar de ensino. Naquele tempo, trabalhávamos de graça, diga-se de passagem. Éramos voluntárias que trabalhávamos até que surgisse uma vaga em um concurso.

Uma coisa que sempre me uniu à Ruth é que nós sempre tivemos um enorme interesse pelos cursos de graduação. A formação dos alunos era uma coisa extremamente importante para nós duas, durante todo o tempo em que estivemos na Faculdade.

Eu sempre admirei a Ruth por ela possuir bastantes qualidades que eu não possuía, ou possuía em grau menor. Admirava-a em primeiro lugar porque ela tinha uma cultura muito extensa, tanto na antropologia quanto na filosofia e nas artes. Em segundo lugar, admirava-a por ela ter uma visão teórica extremamente lúcida. Não gosto de usar a palavra “crítica” porque não se trata de ter conhecimento para criticar os outros. Digo “lúcida” porque ela sabia encontrar dentro da bibliografia não só pontos fracos para criticar, mas abordagens realmente importantes, novidades que eram trazidas pelos autores.

Por exemplo, a Ruth foi quem introduziu na Antropologia brasileira a abordagem do Lévi-Strauss. Quando ele começou a publicar sua grande obra sobre o pensamento selvagem, as mitológicas, totem e tabu, a primeira pessoa que realmente se informou sobre isso, e que levou o Estruturalismo para a Antropologia foi a Ruth. Na Antropologia Urbana, foi a Ruth quem introduziu Castells e toda uma bibliografia que estava sendo produzida naquele tempo. Mas ao mesmo tempo ela não deixou de lado a velha Antropologia Urbana, vinda da Escola de Chicago.

Ao longo do caminho, adquirimos uma visão muito ampla da Antropologia, sem jogar fora aquilo que já existia antes.

Posso dizer que a Ruth era uma pessoa muito dedicada aos alunos. Em 1964 fizemos um grande movimento para a admissão dos excedentes. Graças a ele, houve um aumento de 100% no número de vagas do curso de Ciências Sociais. Este movimento foi politicamente muito importante porque com ele começou uma grande luta por vagas no ensino público, especialmente na Faculdade. Este foi um dos grandes movimentos que antecedem as grandes lutas políticas de 64 e 68.

Mas o número de alunos foi dobrado sem que houvesse nenhuma contratação de professores, de forma que o trabalho aumentou brutalmente. Nestas circunstâncias, tivemos que criar novas fórmulas de trabalho. Em certo momento parecíamos aqueles jogadores de xadrez que jogam diversas partidas ao mesmo tempo.

Das nossas invenções pedagógicas, considero a mais profícua – apesar de muito trabalhosa – aquela na qual fazíamos os alunos redigirem um trabalho, que era corrigido e devolvido para que eles os refizessem. A média entre as notas dos trabalhos seria a nota final do aluno. Considero que o fato de ter que refazer o trabalho corrigindo as suas eventuais falhas é uma ótima maneira de aprender.

Depois, considero que a Ruth teve um papel muito importante na pós-graduação com a criação da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Foi ela que introduziu na ANPOCS os Grupos de Trabalho. Os GTs persistem até hoje, em uma dimensão fenomenal.

Em São Paulo naquela época tínhamos uma situação bastante privilegiada na Área da Antropologia, porque tínhamos uma boa formação nas escolas inglesa, francesa e britânica. Além disso possuíamos uma grande vantagem no curso de Ciências Sociais, que era o estudo mais aprofundado em Ciência Política e em Sociologia. Possuíamos, portanto, uma formação muito ampla e interdisciplinar.

Depois que entramos na área de Populações Urbanas, a qual teve a questão dos movimentos sociais introduzida pela Ruth, também pudemos observar por parte dela uma reflexão lúcida, advinda, além dos fatores que já mencionei, de seu convívio com o Fernando Henrique e sua Sociologia e Ciência Política.

Nós não fazíamos pesquisas estritamente antropológicas. Utilizávamos outras técnicas, como estatística, amostragem, e técnicas que não eram muito comuns aos antropólogos da época.

Os trabalhos que fizemos sobre os movimentos sociais urbanos foram muito importantes porque combateram uma ideologia corrente que pregava que esses movimentos seriam uma grande força revolucionária, e que finalmente fariam a implantação do socialismo. A Ruth pôs um balde de água fria neste pensamento, mostrando que não era nem um movimento contra o Estado, porque era um movimento de reivindicação, que colocava o Estado como um interlocutor natural, portanto não se estruturaria sem o Estado.

Esta importante visão é fruto do casamento com a Ciência Política, vinda da época em que nós nos transferimos a este departamento. Para a Ruth foi mais fácil do que para mim. Considerei um aprendizado muito duro, mas muito profícuo.

A Ruth também tinha a minha admiração porque possuía um forte engajamento político sem ter uma ideologia restrita. Podemos creditar este fato, além da forte lucidez de Ruth, ao fato de que na Antropologia, a ideologia Marxista, que era amplamente dominante no cenário intelectual da época, não se encaixava perfeitamente. Em alguns casos não podia nem ser aplicada. Esta situação proporcionava uma visão menos dogmática do marxismo, e induzia os pesquisadores a buscarem abordagens mais ricas, dependendo da situação que analisavam.

Podemos citar a linha de pesquisa envolvendo os movimentos sociais e as periferias urbanas como fruto da formação diversificada da Ruth, e de seu engajamento sóbrio e lúcido, com um pensamento voltado contra a ditadura. A Ruth sempre foi democrata, e acho que por isso não pertenceu a nenhum partido, afinal, todos eram autoritários.

Devemos lembrar também que ela não tinha uma vida fácil. Afinal, o Fernando Henrique foi exilado duas vezes. Era, portanto, muito difícil para ela ser afastada de suas atividades aqui no Brasil, ser impedida de dar aulas e ter que mudar a família toda para outro país. Mas a Ruth nunca reclamou. Por isso digo que era uma mulher de muita coragem, de convicções firmes, mas sem ser dogmática. Isto era extremamente inovador intelectualmente.

Por último, lembro que a Ruth formou toda uma geração de antropólogos. Por exemplo, grande parte dos que hoje trabalham no Museu Nacional do Rio fizeram doutorado com ela. Fizeram estudos sobre movimentos urbanos, movimentos sociais. Este fato foi muito importante na criação de vínculos com o Museu Nacional.

Até hoje este é um grupo extremamente produtivo e inovador. De fato, a maioria dos alunos formados por ela não se encontram hoje na FFLCH. A maior parte está hoje na UNICAMP. Na USP podemos citar como um dos mais importantes o professor José Guilherme Magnani. Ele fez parte de um grupo de estudos de pós-graduação que nós criamos (eu e a Ruth), algo que não era nada mirabolante, mas que ninguém fazia. Este grupo fazia reuniões semanais nas quais discutia textos selecionados, sobre Antropologia Urbana. Era um grupo voluntário, que não contava créditos, e que

formou muita gente. Este grupo deu aos seus membros uma excelente solidez de formação.

O Magnani é quem mais segue esta prática, de constituir um grupo que se reúne sistematicamente, que lê, discute os próprios trabalhos, que leva as dúvidas ao conjunto de estudantes. Acho que esta atividade é muito válida e produtiva e bastante raro na nossa pós-graduação.

### **INFORME – Como a senhora analisa a atuação de dona Ruth durante o governo FHC?**

E. Durham - Eu acho que a Ruth deu um exemplo de dignidade. Evitou de qualquer forma interferir no governo diretamente; desenvolveu todo o seu trabalho sem verba governamental e tentou aproveitar toda a sua experiência urbana para criar o Comunidade Solidária.

Na verdade, o fato de ela ter sido mulher do presidente pode ter ajudado na realização de algumas parcerias com o setor privado. Mas esta ajuda não é no sentido em que se interpreta nos dias de hoje. Na verdade, a Ruth nunca vendeu cargo. As parcerias não eram dadas em troca de qualquer vantagem política porque jamais deu nenhuma posição política para ninguém, nem mesmo para mim, que era uma das pessoas mais próximas dela. Cheguei ao cargo que ocupei por outras vias, que se desenharam em função da minha militância no Ensino Superior. O que acho que ficou demonstrado no enterro da Ruth é que o que falta neste país é um pouco de dignidade na vida política. De franqueza, honestidade, coragem de defender suas posições e anti-dogmatismo, principalmente.

Tenho uma profunda aversão à desonestidade política, e acho que o exemplo da Ruth marcou muito este governo, e marcou muito inclusive a oposição. Pena que ninguém seguiu o exemplo, mas em todo o caso, ela ficou como um marco de que é possível estar na vida pública e não fazer politicagem, não vender cargo, não usar a influência pessoal para colocar os seus amigos no poder.

Considero a Ruth exemplar em sua vida pública, embora isto tenha atrapalhado a sua vida acadêmica. A Ruth preferiria ter continuado como professora, participando de seminários nacionais e internacionais, evitando esta posição de muita visibilidade, mas sem uma função clara na esfera pública. Acredito que para ela foi um sacrifício.

No entanto ela fez todo o esforço para manter a sua autonomia, sua independência, seus ideais democráticos, sua franqueza e sua honestidade.



**INFORME – A senhora poderia comentar a atuação dela durante o período militar?**

E. Durham - Durante boa parte do período militar a Ruth esteve exilada. Creio que no Chile ela teve uma atuação muito secundária, com três filhos pequenos, vivendo em um país estranho e sem a estrutura familiar que lhe pudesse auxiliar. Nesta época, entretanto, ela lia muito. E se discutia muito na casa dela, que sempre foi um centro intelectual, desde quando estava ainda no Brasil.

A Ruth participava e mantinha este salão intelectual. Todos os nomes estrangeiros que vinham ao Brasil acabavam por visitar a sua casa para participarem das discussões que lá ocorriam. Até o Sartre foi jantar na casa dela.

No Chile ela conseguiu manter esta rede de discussões intelectuais sobre a situação brasileira, seguindo uma atitude muito corajosa do Fernando Henrique, que foi a fundação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Este foi mais um reflexo da postura lúcida de Ruth e do Fernando. O pensamento que guiou a criação do CEBRAP e suas atividades foi o de que “Fomos derrotados (na implantação do socialismo). Por quê?”. Propuseram-se, então, a estudar o regime, em vez de apenas se conformarem com sua vitória. Estudar o regime militar foi um grande diferencial destes acadêmicos. É importante ressaltar que nem o Fernando nem a Ruth negaram que o regime militar fosse extremamente popular.

Avolio também que eles, que não protegeram amigos dando a eles cargos governamentais quando tiveram o poder, fizeram-no quando os amigos eram ameaçados pela ditadura. Tanto Fernando quanto a Ruth, valendo-se também do CEBRAP, deram abrigo a grande parte da intelectualidade que sofria o risco de ser cassada, tanto dentro do Brasil quanto na questão de arranjar-lhes empregos fora do Brasil. Isto eu já acho legítimo, pois é uma ação de solidariedade contra uma intervenção brutal de um regime despótico.

**INFORME – A senhora colocaria a Ruth ao seu lado, como um dos grandes nomes brasileiros dentro do campo da Antropologia?**

E. Durham - A posição da Ruth é bastante interessante nesta questão, porque a sua produção escrita é pequena, mas a Ruth era uma pensadora extremamente original, de modo que a sua influência foi na formação, ou seja, quem se formou com a Ruth tem uma marca indelével.

Uma grande contribuição da Ruth, um trabalho que escrevemos juntas foi “Aventura Antropológica”. Acredito que ainda hoje deveria ser lido.

**INFORME – Como era dar aula com a Ruth?**

E. Durham- Dizer que dávamos aulas juntas quer dizer que ela dava aula em uma sala e eu dava aula na outra. Os alunos gostavam muito de nós, que preparávamos, agora sim juntas, aulas muito seriamente. Corrigíamos as provas também em uma perspectiva comparativa.

A Ruth era uma excelente professora, tanto é que a formação deste grupo de pós-graduação que mencionei foi excelente.

**INFORME – O que a Ruth deixa de exemplo a ser seguido, tanto no âmbito governamental quanto no acadêmico?**

E. Durham - Acho que uma mensagem importante é que não podemos ser dogmáticos. Não se pode deixar de tentar entender a realidade, por mais que ela seja contrária à que se quer que ela seja. Já orientei trabalhos em que os alunos já tinham uma posição absolutamente formada e faziam a pesquisa para confirmar aquilo que ele já sabia. A Ruth sempre fez pesquisa para descobrir aquilo que ela não sabia.

Outra questão é o problema da ética acadêmica. Nós não protegemos nossos alunos favoritos para que tirassem nota melhor, não compramos lugar para publicar artigo, não usamos influência política para participar de mesas-redondas, nem nada, e não utilizamos influência, mesmo ela sendo mulher do Fernando Henrique, para ocupar posições políticas.

Eu acho que esta questão da ética acadêmica piorou muito na Faculdade. Tenho sérias desconfianças dos últimos concursos que aconteceram para a vaga de professor titular. Acho que alguns foram vergonhosos. A Ruth jamais compactuaria, nem eu aliás, com este tipo de procedimento de “cartas marcadas”. Sempre fomos defensoras de uma estrita ética acadêmica. Não se copia autor, não se plágia, cita-se autor.

Tudo o que a Ruth fez era novidade. Estudar periferias, favelas era novidade. Movimentos sociais idem. Nós tínhamos a característica de buscar campos novos, buscar alguma coisa que fosse relevante. Acredito que um exemplo da Ruth é pensar a pesquisa em termos de sua relevância para entender a situação brasileira. As suas pesquisas não “ficavam em si próprias”.

Por exemplo, não fomos estudar as periferias urba-

nas para comprovar a luta de classes, que, aliás, descobrimos que não existia, mas sim porque é um problema crucial dentro do desenvolvimento social e econômico do Brasil. Assim como o problema da violência com o qual a Ruth começou a trabalhar.

Também cito como exemplo o “Ser engajado mas *non troppo*”. Ou seja, a sua militância não deve sobrepular a orientação da sua investigação, pois na maioria das pesquisas deve-se rever a sua posição inicial a partir de um certo estágio da investigação.

Pessoalmente acho que a questão da ética acadêmica precisa sofrer a ação de um movimento que a restaure. Talvez nas Ciências Sociais isto não tenha ocorrido tanto, mas vejo na Universidade que a pesquisa tem levado as pessoas a um individualismo que os leva a não colaborar com o departamento, muito menos com a instituição. Não estão “nem aí” com a Universidade. O que se quer é conseguir a sua verba de pesquisa, fazer a sua pesquisa e publicar no exterior, de preferência com sucesso nos seminários internacionais. Acredito que a preocupação com a graduação, com a vivência acadêmica e com a formação de pessoas foi ficando de lado. Parece-me que hoje as pessoas não têm o mesmo ideal de antigamente.

**INFORME – Os movimentos sociais hoje seguem os mesmos princípios que a Ruth reconheceu neles durante sua vida?**

E. Durham - A Ruth identificou que toda a idéia de que eles estavam permeados por uma militância externa, normalmente vinda da Igreja, não sendo, portanto um movimento ideologicamente puro.

Não estou muito próxima deste campo agora, porque estou trabalhando mais voltada à questão de sindicatos e de Ensino Superior. Na época em que a carreira da Ruth foi para o “Comunidade Solidária” eu passei a atuar mais nessa área do Ensino Superior.

Eu analiso que a grande maioria dos movimentos sociais foi hoje substituída por ONGs. Eu, pessoalmente, tenho uma crítica séria às ONGs, porque em teoria as ONGs devem ser independentes do governo. Hoje praticamente todas elas são dependentes de verba governamental. Ela se torna uma parasita do Estado. As ONGs americanas fazem campanhas, arrecadam doações... aqui elas fazem o projeto e o governo tem que financiar. Então cria-se uma burocracia das ONGs. Acho isto uma tendência bastante perigosa, porque há ONGs sérias e outras nem um pouco sérias. Movimentos sociais em sua definição típica vejo poucos. E sem o vigor do passado.

O movimento estudantil é um fracasso total. Cada

vez que eu o vejo, lembro-me de uma célebre frase do Marx: “A história só se repete como farsa”. Esta tentativa de reviver o grupo heróico de 68, que arriscava a própria cabeça e que teve muitos de seus membros mortos, é lamentável.

Quando se fazia uma ocupação, arriscava-se à tortura. Agora os alunos simplesmente não sabem por que estão ocupando. Esta última ocupação da reitoria foi um fato que me deu um desgosto enorme. Não tinham idéia do que eram os decretos do Serra. Ouviram falar não sei de onde e foram invadir.

A ação da militância foi retrógrada. Vivem há 40 anos atrás. Não viram que a sociedade mudou. Estão revivendo uma farsa do movimento de 68.

Outra coisa que não é governamental, acho que é outra força extremamente retrógrada na vida pública. Sindicatos do funcionalismo público são instituições estritamente corporativas que não enxergam além do bem-estar dos funcionários. O bem-estar da Instituição não está na pauta. Não se discute aqui dentro da USP nada que não seja aumento de salário.

Outra questão que acho muito delicada é quanto ao movimento negro. Este mais sério e menos dependente do Estado. Sou contra a segregação. Fui aos Estados Unidos e fiquei chocada com a situação que encontrei: havia até dois bebedouros, um para negros e outro para brancos. Os banheiros públicos eram divididos. Havia uma escola negra e uma escola branca. Pessoas não se dão conta de que quando se leva estas coisas ao extremo, perde-se muito.

Não há nenhum movimento social ao qual eu me engajassem no momento.

**INFORME – No momento, que figura pública carrega os ideais de Ruth?**

E. Durham - Eu e todos os seus alunos, mesmo não sendo figuras públicas. As pessoas que tiveram contato com ela carregam uma marca profunda.

Pensando em pessoas públicas, toda essa liderança do PSDB que carrega uma marca dela e tinha o máximo respeito por sua opinião. Havia muitos que consultavam a Ruth antes mesmo de consultar o Fernando Henrique.

**INFORME – Mais alguma coisa que a senhora gostaria de acrescentar?**

E. Durham - A Ruth foi uma grande amiga, sabe. A Ruth criava amizades profundas e despertava o maior respeito nas pessoas. As pessoas tinham uma grande dedicação por ela. Tinha muito poucos inimigos. Não conheço nenhum inimigo da Ruth. Ela foi uma pessoa extremamente humana.

## HOMENAGEM À PROFESSORA MARIA D'ALVA GIL KINZO

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA.

Maria D'Alva Kinzo veio para a Universidade de São Paulo em 1987. Ela fez parte de um grupo de professores convidados a se incorporar ao Departamento de Ciência Política, que surgia, ao lado dos Departamentos de Sociologia e Antropologia, como consequência do desmembramento pacífico do Departamento de Ciências Sociais. Sob a liderança de José Augusto Guilhon de Albuquerque e José Álvaro Moisés, o novo Departamento tratou de aumentar seus quadros trazendo Gabriel Cohn, Regis de Castro Andrade e Cláudio Vouga, da cadeira de Sociologia da USP, e indo buscar em outras áreas da Universidade e fora dela Boris Fausto, Guillermo O'Donnell, Simon Schwartzman, D'Alva e eu.

A incorporação de D'Alva ao DCP preenchia um espaço, considerado nobre em todo departamento de ciência política – o do estudo dos partidos políticos – e deixado vazio com a aposentadoria, anos antes, de Maria do Carmo Campelo de Souza.

Àquela altura, D'Alva tinha reputação firmada como especialista no estudo dos sistemas partidários e da representação política. Sua dissertação de Mestrado, orientada por Bolívar Lamounier e defendida na PUC-SP, já fora publicada em livro com o título *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil* (Ed. Símbolo, 1980). A tese de doutorado – *Legal Opposition Politics under Authoritarian Rule in Brazil (1966-1979)* –, apresentada no St. Antony's College da Oxford em 1985 e publicada na Inglaterra e no Brasil, em 1988, já circulava entre os especialistas. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)* foi o primeiro trabalho sobre o partido de oposição ao regime militar e é até hoje o mais importante. Estudo minucioso e competente do partido que foi o desaguadouro eleitoral do descontentamento popular contra o autoritarismo, o livro proporciona um ângulo privilegiado para observação da transição política no Brasil.

A contribuição de D'Alva para o DCP foi significativa, em vários planos. Suas pesquisas, voltadas ao entendimento da natureza e dinâmica do sistema

de partidos e seu impacto sobre a democracia da Constituição de 1988, resultaram em livros e artigos importantes, que fizeram do Departamento um dos centros nacionais de referência para o estudo do tema. Destaco entre eles *Radiografia do quadro partidário brasileiro*, um estudo exaustivo do sistema de partidos pós-autoritarismo na sua primeira década de existência, publicado em 1993 pela Fundação Konrad Adenauer. E seu último livro, *Eleitores e Representação Partidária no Brasil* – organizado em parceria com Maria do Socorro Braga e publicado pela Humanitas, em 2007 –, reunindo os resultados de projeto temático, apoiado pela Fapesp.

D'Alva contribuiu para os esforços de internacionalização do DCP ligando-o a centros acadêmicos importantes no exterior. Em 1988, fez pós-doutoramento na Universidade de Georgetown, em Washington e, durante os anos 1990, foi pesquisadora visitante do Institute for Latin American Studies da Universidade de Londres. Aí organizou, anualmente, seminários sobre política brasileira, alguns dos quais resultaram em livros publicados na Inglaterra. Entre eles, *Brazil since 1985: economy, polity and society*, co-editado com James Dunkerley, em 2003, tornou-se um dos trabalhos sobre política brasileira mais citados no exterior, nesta década.

Tímida, D'Alva sempre preferiu a pesquisa à sala de aula. Era uma pesquisadora de mão cheia, que sabia dirigir equipes e ensinar o ofício. Formou um contingente considerável de novos pesquisadores, mestres e doutores especialistas em partidos políticos, sistemas partidários e comportamento eleitoral; muitos hoje professores em universidades públicas federais e estaduais.

Departamentos de primeira linha costumam ter docentes em posições de relevo em associações científicas e comitês acadêmicos. D'Alva deu contribuição importante à Associação Brasileira de Ciência Política, onde por muitos anos coordenou a área temática *Partidos e Eleições*. Foi, também, participante ativa do *Grupo de Trabalho Partidos Políti-*

cos do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - CLACSO, quando coordenado por Marcelo Cavarozzi e Manuel Antonio Garretón. Finalmente, ocupou uma das vagas destinadas à Ciência Política, no Comitê Assessor do CNPq.

Nos trinta e quatro anos que vivi no ambiente universitário aprendi que há vários tipos de colegas: os que estão sempre dispostos a transformar pequenas discordâncias em grandes conflitos e aqueles que procuram os pontos de convergência e acordo; os que só se ocupam da promoção de suas carreiras individuais e aqueles que têm sentido institucional e disposição para assumir tarefas de interesse coletivo; aqueles que são espaçosos e os que estão sem-

pre presentes mas são comedidos. Em departamentos pequenos – como é o DCP – a presença de colegas com engajamento institucional, inclinação para o diálogo e comedimento é essencial para que as coisas andem bem. D’Alva tinha qualidades que a fizeram querida no trabalho e na vida privada: tinha opiniões firmes, sem ser intransigente; era discreta, sem ser omissa, disposta a assumir responsabilidades institucionais. Por tudo o que foi, ajudou a fazer do DCP um ambiente de trabalho e convívio civilizados e um centro de produção em Ciência Política nacionalmente reconhecido.

Maria D’Alva Gil Kinzo morreu no dia 22 de Julho, com 57 anos, em São Paulo.

## SAMIRA IUNES - PROFESSORA EXEMPLAR

DIVA DAMATO, DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

Minha última conversa com Samira – amiga e confidente de todas as horas – foi sobre o programa de literatura do Quebec que ela deveria dar, como sempre, no 2º semestre deste ano, poucos dias antes de sua morte. No hospital, onde ela tentava se recuperar de longa enfermidade, discutimos autores, formas de avaliação...

Já aposentada, mantinha-se sempre conectada com suas duas grandes paixões: a USP e a Associação dos Professores de Francês do Estado de São Paulo, a APFESP. Seu *front* de luta era o ensino. Conhecida internacionalmente pelos livros didáticos de Português para Estrangeiros, cuidava periodicamente de suas revisões e atualizações. Entretanto, seus campos de batalha preferidos eram a divulgação da cultura e da literatura do Quebec, do qual foi, durante muito tempo, uma representante voluntária (e voluntariosa!), e suas atividades na diretoria da APFESP.

Admitida na USP em 1972, na área de Francês, no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – portanto, durante 36 anos ininterruptos – com sua figura elegante e discreta, ministrou, mesmo depois de aposentada, disciplinas da Graduação e de Especialização. Criou e

foi sempre a responsável pela disciplina Literatura do Quebec (Literatura de Expressão Francesa II).

Seu infatigável trabalho junto à APFESP, da qual foi várias vezes presidente e de cuja diretoria nunca deixou de fazer parte, permitiu-lhe não só estabelecer elos profícuos com outras entidades ligadas ao ensino como também continuar a manter relações de amizade com seus antigos alunos transformados em amigos e colegas.

Um personagem sartriano diz que só morremos realmente quando não somos mais lembrados pelos que ficam. Samira não morreu. Ela vive no coração dos que a amaram, dos que aprenderam com ela, na mente dos que lêem seus livros, na memória das instituições a que se dedicou tão profundamente.

Como diz uma de suas ex-alunas: “– *Soube da Profª Samira e fiquei bastante chateada, afinal foi no curso dela, no último semestre, que conheci o livro de Jacques Godbout que me inspirou a conhecer Montreal e hoje estar aqui estudando inglês e praticando um pouco de francês também. Mas ela foi uma lutadora e quis compartilhar seu conhecimento acumulado até o final. Sem dúvida esta conduta foi a maior lição que nos deu!*”

## HOMENAGEM AO PROFESSOR HAQUIRA OSAKABE

ANTONIO MEDINA RODRIGUES, DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS.

Há pouco mais de trinta anos foi que ouvi falar de Haquira Osakabe, um grande mestre brasileiro, há pouco falecido (13. 05. 08) em Ribeirão Preto, onde morava, e onde, entre os últimos cuidados, não lhe faltou o desvelo incansável das três irmãs, que não desesperançavam, nem no fim.

Haquira ingressara na UNICAMP (1969) como auxiliar de ensino. Atuara em lingüística e literatura portuguesa, de onde extraíra dois belos textos, um já famoso, a *Argumentação e discurso político* e o outro, mais recente, o *Fernando Pessoa: resposta à decadência*. Haquira fez mestrado em Besançon, em 1971, e pós-doutorado em Franche Comté, em 1982, que prolongou em Lisboa, 1986 e 1999. Seus estudos de graduação em Vernáculos, concluídos em 1969, ele os fizera em São Paulo, na USP. Estava no IEL desde a fundação deste instituto. Aposentado em 1997, passou a professor de Teoria e História Literária. Teve alunos – e quantos! –, teve muitos orientandos também. Foi dos grandes mestres de seu tempo, e ainda o será, dada a memória que deixou com seu trabalho, seu compromisso, e sua vida sobretudo, essa vida que ele converteu num dialogar sem fim, desde o começo.

Pois bem, há pouco mais três décadas, dele eu sabia por amigos (Francisco Achcar, Platão Saviolli, e outros). Nesse tempo em que se iniciara na UNICAMP, seu nome soava-me sob acordes de firmeza e competência, predicados que ele compartilhava com alguns colegas, com que estava lançando na UNICAMP uma surpreendente proposta de estudos de linguagem, não lingüística somente, mas todo um projeto de compreensão lógica, prática e filosófica da palavra. Eu bem queria viver naquele clima e particularmente trabalhar com esse professor, cuja morte ora lamento, e cujo traço mais evidente e singular era o de ouvir bem atento a quem o procurasse, e ele o fazia não tanto por deferência, como por destinação. Às vezes, destino e caráter são a mesma coisa.

Ouvia a todos, sim, e não pelo que *diziam*, estri-

tamente, mas pelo que *falavam*. Noutros termos, sua recepção não era abstrata, ou concentrada só no conteúdo-resultado da conversa. Ao contrário, era ela um acoplamento com a cena inteira, com a vida aqui e agora. Afinal, dizer e falar não são idênticos. Haquira ouvia, para chegar ao todo, a certa coisa mais do Espírito que da inteligência. E tinha razão ele. Podemos renunciar ao que *dissemos*, como fazem os políticos, cancelando a matéria transmitida, ou então corrigirmos, trocamos o dito pelo não dito, mas não podemos fazer isso com a fala, por ser ela sempre e a cada vez uma impressão digital de nossa parte, ou porque súbito, feita e refeita pelo vento, antes que possamos retocá-la, ela cancela-se, pois não nasceu para a mímese, nasceu para a história, e isso não conseguimos evitar.

Sabiam bem seus discípulos que tal traço transcendental do ouvir além do ouvir era sua marca, era seu ser: o falar é total e concreto, milhões de coisas o espreitam, mas dizer é concentrar-se numa estreita esfera. Por certo muitos não percebem essa luta entre vida e morte a escoar-se de uma fala. Haquira, no entanto, o percebia. E se não se incomodava com eventuais tolices, impressionava-se, entretanto, com a fala ríspida, ou dona de si, aquela incauta fala que se toma a si mesma como determinação de um ego voluntarioso, e que mal sabe o que seriam as “palavras aladas”. Na verdade impressionava-se com a misteriosa circulação da vida entre o variar das muitas vozes, e daí vinha a sua fixação por Pessoa. Outras tolices, ele com elegância as contornava, pois não fora ele também e para sempre um aprendiz? Afinal, todos passamos a vida a refazer nossos escritos, nossas frases. Mas quem na rua nos vê nos pode amar – não exatamente por isso – mas por tudo que sai de nós e que os horizontes ávidos vão devorando.

Dizia Haquira ser preciso entender o não-dito, pois a parte maior da história se fez mais de silêncios, ou ações silenciosas que de frases, proclamações, con-

versa fiada. Haquira já tinha antecipado isso em seus estudos sobre a fala autoritária, que não se sabe a si mesma e que perverte o tempo por deglutição absoluta.

Há pessoas que, bem-intencionadas, claro, dizem que Haquira era um simples, querendo, entanto, elogiar por brevidade. Mas, que simples seria esse, afinal? Será o mesmo que elementar? Ora, Haquira foi tudo, menos *elementar*. Seria o não-complexo? Não, porque o simples não consiste em nenhuma tradução ou negação. Os idiotas são não-complexos, e nem por isto são simples. Haverá simplicidade em simplório, simplista, simplificação, simplificador? Essas traduções não têm rigor, ofendem o que pretendem dizer. Simples era Haquira em sua presença constante, imediata. Era ele simples e total – mas por ser *assim* mesmo, por ser indissolúvel. Isso ele mostrara ao falar de Fernando Pessoa ou sobre as cantigas medievais.

Participei com Haquira de uma Banca, onde ele fez críticas ao trabalho apresentado. E sua calma era como a de uma harpa eólia, sem espasmos, sem trejeitos, ou ameaças. Ele fez as críticas sem se ocupar de reparos ou elogios. Sua retórica era não ter retórica. Não tinha intenções outras que não fossem a intenção natural que nos habita desde que nascemos. Que outra lição pode alguém dar a seus alunos senão esta simplicidade que impressiona aos próprios antagonistas? Uma lição sem aquelas auras burguesas, que precisam do

sujeito para fingir uma transcendência que, aliás e ironicamente, já se tem por princípio, e que rejeita toda fabricação pessoal. Por fim, a simplicidade do Haquira era daquelas que fortalecem a ciência dentro ciência. “Por favor, você poderia dizer o que disse com palavras mais fáceis, para que possamos entender melhor?” Assim era ele. E assim é todo maiúsculo saber, visando a sua mônada, que só pode ser simples, como quer Deus, esse Deus que não gosta que falemos dele, sem que falemos com Ele.

Ultimamente Haquira me falara de um quase projeto de fazer um levantamento do ensino de Língua e literatura em várias cidades do Estado, mas visando a registrar a atuação daqueles professores talentosos, esforçados, que fizeram sua carreira em condições desanimantes, e que hoje esquecidos estarão ou mortos, suplantados por um ensino que nem mesmo sabe o que é falar. Quantos gramáticos, quantos críticos literários – dizia-me – não houve por aí. O projeto visava a levantar tendências que foram nascendo livremente, na crítica, na poesia, na ficção – todas vindas da sala de aula, como foi o caso dos dois grandes Sampaio, pai e filho, isto na Campinas de outros tempos. Pois a vida de Haquira foi também isso. Será preciso recolhê-la. E que figura estou lembrando agora, e que mestre! Foi, podem crer, o nosso Martin Buber.

## PREMIAÇÃO

### PROFA. MUNIRA MUTRAN RECEBE TÍTULO DE DOUTORA HONORIS CAUSA NA IRLANDA

POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA

Recentemente, a professora Munira Hamud Mutran, do Departamento de Letras Modernas, recebeu o título de doutoramento *honoris causa* pela National University of Ireland (NUI), Maynooth.

Este é um importante título conferido pela Universidade, que o oferece não apenas a acadêmicos,

mas também a pessoas de diversas atividades profissionais reconhecidas por promover a cultura, o bem-estar social e os direitos humanos na Irlanda. Já foram contemplados grandes nomes, como Alexander Fleming, inventor da penicilina, o presidente americano de ascendência irlandesa John Fitzgerald

Kennedy e Nelson Mandela, principal ícone da oposição ao *apartheid* na África do Sul.

Os candidatos ao título são indicados por um professor da própria Universidade de Maynooth. Depois, esta indicação passa por diversas instâncias até ser aceita. No caso da professora Munira, a indicação partiu da diretora do Institute for Research in Irish Historical and Cultural Traditions, professora Margaret Kelleher, que já veio várias vezes ao Brasil e virá novamente em breve para firmar, através da CCInt, um convênio com a FFLCH, que possibilitará a dois alunos estudarem gratuitamente em Maynooth.

A professora Munira Mutran vem desenvolvendo estudos irlandeses desde 1972, data de seu doutoramento. Desde então, a professora publicou diversos livros sobre o tema, como *O mundo e suas criaturas* (1996), uma antologia do conto irlandês, *Álbum de retratos. George Moore, Oscar Wilde e William Butler Yeats* (2002), resultante de sua livre-docência, *Sean O’Faolain’s letters to Brazil* (2005), muito divulgado na Irlanda, entre outros. Ela também foi vice-presidente da AISIL (International Association for the Study of Irish Literature), além de ter sido uma das responsáveis, juntamente com a professora Laura Izarra (DLM), pela criação dos Simpósios de Estudos Irlandeses na América Latina. Hoje, a professora é presidente da ABEI (Associação Brasileira de Estudos Irlandeses), que periodicamente publica a revista de temas irlandeses *ABEI Journal*, e orienta estudantes em suas teses e dissertações. Uma de suas preocupações foi a de sempre manter orientandos de diferentes Universidades brasileiras, de modo que se espalhem pelo país os estudos de Literatura Irlandesa, que apesar de seus

autores mundialmente lidos (James Joyce, Oscar Wilde, W. B. Yeats, Samuel Beckett), muitas vezes foi incorporada a disciplinas de Literatura Inglesa. Por todo este trabalho, professora Munira, reconhecida como uma verdadeira embaixadora cultural da Irlanda, recebeu a indicação e foi contemplada com o doutoramento honorário da Maynooth.

A Universidade, que já foi um mosteiro medieval, realiza suas cerimônias de premiação como um verdadeiro ritual: becas são confeccionadas especialmente aos candidatos, que são apresentados aos convidados em latim. Segundo a professora, isso tornou a experiência ainda mais emocionante.

Na cerimônia estiveram presentes escritores, acadêmicos e críticos de diversos países. Como afirma a professora, este foi o maior significado do título: “estar cercada por tantos amigos que fiz durante esse tempo todo. Todos ali presentes demonstrando o reconhecimento e a amizade que eles têm por mim”.

A professora Munira Mutran aposentou-se em maio deste ano, após 50 anos de estudos e trabalho na USP. Enquanto fazia sua tese de doutorado (e posteriormente por mais 13 anos), ela se correspondia com o escritor irlandês Sean O’Faolain, que em uma das cartas lhe disse: “Coitada de você, minha conscienciosa, séria, pobre escrava do trabalho”. Relembrando essa passagem, a professora explica o significado que o título recebido teve para sua carreira: “O prêmio foi o reconhecimento do meu trabalho. Eu tenho todo o prazer em ser escrava do trabalho aqui na USP, sou e fui muito feliz aqui na Universidade, devo tudo a ela, minha graduação, meu mestrado, meu doutorado, meu pós-doutorado, minha livre-docência. E, claro, aprendi com os alunos. É este o meu prêmio”.

## ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

### ANDAMENTO DAS REFORMAS DOS PRÉDIOS DA FFLCH

POR GUSTAVO DAINEZI

As reformas que transformarão a FFLCH continuam sendo realizadas conforme o planejado. Te-

mos, no momento, as seguintes atividades sendo desenvolvidas:

**Julho/08**

- Entrega dos sanitários do prédio de Ciências Sociais;
- Conclusão da obra de impermeabilização do prédio de História e Geografia;
- Início da instalação do telhado nas laterais da cobertura do prédio de História e Geografia;
- Reforma do LISA (Laboratório de Imagem e Som em Antropologia).

**Agosto/08**

- Início da conversão da sala 14 do prédio de Ciências Sociais em um auditório;
- Instalação de elevador e plataforma para acesso de deficientes no prédio de História e Geografia.

A ampliação dos blocos didáticos do prédio de Letras continua em bom ritmo, ainda em suas fases iniciais.

## CURSOS DE DUPLA HABILITAÇÃO EM LETRAS TERÃO DURAÇÃO AMPLIADA

POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA

No mês de julho, foi aprovado projeto que prevê a alteração da duração do curso de Letras. A duração ideal do curso, que hoje é de quatro anos, passará a cinco anos para algumas das habilitações oferecidas.

Para explicar melhor o funcionamento dessa mudança, conversamos com o diretor da Comissão de Graduação da FFLCH, o professor Roberto Bolzani.

### **INFORME – Há quanto tempo existe a idéia desta mudança? Como foi o processo de implantação do projeto?**

Roberto Bolzani – A reivindicação de alterar o período ideal do curso de Letras de 4 para 5 anos certamente já existe há algum tempo, pelo menos desde o ano de 2005, quando o chefe do Departamento de Letras Modernas era o professor Mario González, que coordenou um projeto e apresentou na Pró-reitoria uma justificativa. Eu me lembro que isso aconteceu na gestão da professora Sônia Penin, quando ela era Pró-reitora de Graduação. O curso de Letras fez um projeto, redigido pelo professor Mario González, que tinha uma longa argumentação mostrando como o curso de Letras era complexo com 15 habilitações. As grades curriculares de diversas habilitações incluíam cruzamentos de disciplinas de diferentes Departamentos. O projeto tentava mostrar que não existe no Brasil nenhum curso tão sofisticado quanto esse. Com as alterações que foram feitas (o ciclo básico e a conseqüente diminuição do tempo das habilitações), de fato, os alunos de dupla

habilitação já vinham fazendo o curso em cinco anos. A reivindicação, então, não era para que eles pudessem ficar mais tempo do que eles já estavam, mas que o tempo que eles levavam de fato para fazer o curso fosse considerado o tempo razoável, normal, que se leva para se formar. Isso estava nesse projeto que ele ficou encarregado de redigir. O julgamento desse projeto aconteceu na primeira reunião do Conselho de Graduação presidido pela atual reitora, foi quando houve a mudança de pró-reitor: saiu a professora Sônia Penin e entrou a professora Selma Garrido Pimenta. Foi então que o projeto, depois de já ter sido aprovado pela Câmara Curricular, recebeu um novo parecer negativo. Isso gerou uma certa incompreensão da parte dos colegas de Letras, muitos membros da Congregação, e o projeto passou a ser repensado e re-elaborado.

De um tempo para cá, surgiu a necessidade de implantar disciplinas de licenciatura na grade de Letras, e isso acabou permitindo aos chefes de Departamento, sobretudo de Modernas e Orientais, demonstrar que a grade do aluno ficaria impossibilitada em quatro anos. A grade já era inviável; com a inclusão de disciplinas de licenciatura, ela ficou mais inviável ainda. Ficou claro que o aluno que faz Português e mais uma habilitação, de Modernas ou Orientais, num dado momento teria que parar o Português para cursar as disciplinas de licenciatura. É um curto-circuito.

Dessa vez, então, os chefes dos Departamentos



de Letras conseguiram demonstrar esse problema. Nós fizemos uma reunião com a pró-reitora e ela ficou convencida de que era impossível mesmo. Ai então foi possível a ampliação para duplas habilitações de Português e Línguas Modernas ou Orientais. Não são todas as habilitações que passaram de 8 a 10 semestres.

**INFORME – Para a Lingüística, por exemplo, não houve a ampliação?**

RB – Não. Português (habilitação simples), Português e Lingüística, Português e Grego, Português e Latim, permanecem todas com duração de 8 semestres. O DLCV fez um enxugamento das disciplinas obrigatórias, o professor João Roberto Gomes de Faria, chefe do Departamento, conseguiu fazer uma espécie de arejamento da grade, o que permite que os alunos façam menos disciplinas do DLCV. Por isso, esses casos permanecem com 8 semestres.

Mas dupla habilitação com uma das cinco Modernas ou uma das Orientais, passou a 10.

Tudo isso sairá discriminado no manual da Fuvest.

**INFORME – Os alunos passarão a escolher sua segunda habilitação no vestibular?**

RB – Não. Continua sendo um vestibular para Letras. O ciclo básico continua existindo. As habilitações serão escolhidas no ranqueamento do fim do primeiro ano.

**INFORME – Então a mudança não extinguirá o processo de ranqueamento?**

RB – Absolutamente. E isso também estará no manual da Fuvest. O que sairá no manual e que antes não saía é uma discriminação das habilitações com os respectivos tempos ideais, para que o aluno já saiba ao fazer sua escolha que, se ele conseguir a habilitação desejada no ranqueamento, ele terá como tempo ideal ou 8 ou 10 semestres.

**INFORME – Houve problemas para a implantação dessa mudança já para o próximo vestibular?**

RB – Em princípio, nós havíamos decidido que tentaríamos essa alteração para o ano de 2010, porque achávamos que não daria tempo. Mas foi possí-

vel, graças a alguns colegas de Letras que, junto com a presidente da Comissão de Licenciatura, conseguiram um horário com a pró-reitora a tempo, e também com a ajuda dela, que seguiu a impressão do manual. Não adiantava tomar essa decisão se ela não pudesse ser colocada no manual da Fuvest, o interesse é que o aluno tenha as informações precisas, porque isso pode ajudá-lo a decidir se ele vai ou não prestar o vestibular. Então, houve um retardamento da impressão do manual, houve um encaminhamento excepcional de todos os trâmites, e foi possível incluir já no manual do ano que vem.

**INFORME – A ampliação valerá também para os alunos que já estão cursando essas habilitações que terão a duração modificada?**

RB – Não. Isso vale para os alunos que ingressarem no próximo vestibular.

**INFORME – A mudança acarretará alguma modificação curricular?**

RB – Na verdade, como eu disse, o DLCV fez uma mudança na estrutura do Departamento, de modo que o aluno que faz Português fará um número menor de obrigatórias, segundo o professor João Roberto me disse. Eu creio que em Modernas também houve algumas alterações, mas coisas pequenas. A estrutura da grade das habilitações não vai mudar, o que vai mudar, e é novo em relação à grade tradicional, são as disciplinas da licenciatura. A grade agora tem de acomodar as duas habilitações, mais horários reservados para as disciplinas de licenciatura, que fazem parte do novo projeto de formação de professores.

**INFORME – Há algo mais que o senhor gostaria de acrescentar?**

RB – Eu gostaria de dizer que essa foi uma reivindicação muito justa, porque os alunos já levam 5 anos, e às vezes até mais, para fazer o curso. E foi muito importante o trabalho dos chefes dos departamentos: na última reunião que nós fizemos, estavam presentes todos os Departamentos, com o discurso afinado, ou seja, havia uma concordância interna do curso, em todos os departamentos,

de que era preciso fazer essas alterações. Por exemplo, o DLCV não vai mudar a duração de nenhuma das habilitações, mas não criou nenhum obstáculo para que houvesse as alterações nas habilitações de Modernas e Orientais. Com a Lingüística e a Teoria Literária foi a mesma coisa. Foi uma reivindicação unificada do curso. Isso se deveu ao fato de que os chefes de Departamentos tiveram um entrosamento muito bom, fizeram várias reuni-

ões para discutir o assunto até chegar a um posicionamento unificado. Sem isso talvez não tivesse sido possível.

Nós conseguimos o que era possível: não foi possível 10 semestres para todas as habilitações, somente para aquelas em que era impossível manter do jeito que estava, o que foi mostrado no papel, com grades montadas pelos professores.

Acho muito importante destacar esse trabalho.

## INTERCÂMBIO NACIONAL: UMA OPÇÃO A MAIS PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS DA FFLCH

POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA

Num país de dimensões continentais como o Brasil, fazer um intercâmbio nacional pode significar para o estudante não apenas um aperfeiçoamento intelectual e acadêmico, mas também uma estimulante experiência cultural. Pensando nisso, a FFLCH procura dar nova ênfase a este tipo de intercâmbio, tão enriquecedor quanto o internacional e que possibilita, por exemplo, a realização de pesquisas *in loco*.

A Faculdade já teve parcerias com diversas Universidades e Instituições nacionais, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o SEDAE (Sistema Estadual de Análise de Dados), o Instituto de Terras do Estado de São Paulo e até mesmo a Escola Paulista de Medicina, que a princípio poderia parecer distante dos interesses de estudos das humanidades.

Atualmente, a USP tem convênio com as Universidades estaduais paulistas, UNICAMP e UNESP, com as quais tem mantido estável fluxo de estudantes na FFLCH. Há também, no momento, negociações para um convênio entre a paranaense UEL (Universidade Estadual de Londrina) e a USP através do LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância).

Além disso, a Faculdade encaminhará, oportunamente, para discussão na Congregação proposta de novas parcerias com outras Universidades nacio-

nais, tanto para auxiliar os alunos uspianos em seus intercâmbios como para receber alunos externos. A formulação desta proposta contemplará o cuidado de se estabelecerem normas e critérios bem definidos, a fim de se evitarem inchaço de nosso corpo discente, já tão numeroso. Um outro cuidado especial que merecerá a formulação da proposta: evitar qualquer brecha que permita ao aluno intercambiado prolongar seu estágio na USP e criar uma situação que lhe confira facilidades para reivindicar direitos a que faz jus apenas o aluno que entrou na FFLCH pelo vestibular da FUVEST.

É importante lembrar que o ponto de partida para o intercâmbio é o próprio aluno. É a partir da manifestação de interesse do estudante que se inicia o contato entre as universidades e se abre a possibilidade de um convênio. Ou seja, a procura do aluno é o fator inicial para se viabilizarem os convênios, que não existem previamente a este interesse.

Para maiores informações entrar em contato com o Sr. Antonio Carlos Eigenheer na Assessoria de Convênios Culturais e Intercâmbio pelo telefone 3091-3572 ou pelo email [assessor@usp.br](mailto:assessor@usp.br).

O atendimento ao público é realizado de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:00h.

# MEMÓRIA

## PROFA. HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO

POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA

**INFORME** – A senhora poderia contar um pouco sobre sua formação acadêmica? A senhora fez uma graduação em Ciência da Informação e Documentação e depois fez o curso de História da USP. Como se deram essas escolhas?

**Helóisa Liberalli Bellotto** – Ao término do meu curso científico, como então se denominava a fase final do ensino médio, nos anos 50 do século XX, no Colégio Dante Alighieri, eu já estava decidida a cursar História na USP. A minha vocação foi altamente influenciada pelo grande professor de História que tive ali, Oreste Rosolía, e pelo meu pai, Carlos Henrique Robertson Liberalli, que, embora fosse um homem de ciência, diretor científico de um grande laboratório farmacêutico e professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP, era conhecedor e pesquisador de História da Ciência, sócio e freqüentador do Instituto Histórico de São Paulo. Entretanto, naquele ano de 1955, a necessária certidão de nascimento para a minha inscrição no vestibular “da Maria Antônia”<sup>1</sup>, não chegou a tempo do Rio de Janeiro, devido ao atraso dos Correios (eu sou carioca). Foi justamente o meu pai que trouxe a sugestão, após indagar-me o que eu faria naquele ano de espera. Em cursinho, nem pensei, uma vez que eu tinha consciência de que o preparo recebido no “Dante” me seria suficiente para entrar na FFLCH. Na época, o Professor Liberalli era o presidente da Comissão de Biblioteca na sua Faculdade e estava entusiasmado com o trabalho que as funcionárias, recém-saídas de seus cursos de Biblioteconomia, que estava em seus inícios no Brasil como curso universitário, ali desenvolviam. Houve tempo para alcançar o vestibular na Escola de Sociologia e Política, então, o único curso de Biblioteconomia em São Paulo, tendo eu ingressado na História no ano seguinte, cursando o primeiro ano da Faculdade de Filosofia

juntamente com o segundo de Biblioteconomia e Documentação. E fiz meus estágios obrigatórios nas bibliotecas da Faculdade de Farmácia e Odontologia, então na Rua Três Rios e na Biblioteca do Departamento de História, no último andar da “Maria Antônia”. Fui uma aluna muito entusiasmada pelos dois cursos, tendo consciência de que a minha carreira seria muito voltada

“... nos sentíamos todos com uma certa obrigação de enfrentar os difíceis e apertados concursos para a rede oficial do Estado. Era uma questão de honra. Comigo não foi diferente.”

para a pesquisa bibliográfica e documental, mais do que para o ensino; eu já começava a me interessar pelo estudo do documento em si, o que se concretizou realmente, posteriormente, quando cheguei à Arquivística. Minha dupla formação universitária em Biblioteconomia e em História foi-me de grande valia para o trabalho com os arquivos, campo que se tornou, definitivamente, o da minha atuação acadêmica e profissional.

**INFORME** – Os estudos de pós-graduação já estavam em seus planos desde a época da graduação? A senhora poderia falar um pouco sobre esta fase de sua formação?

**HLB** – Não, a pós-graduação veio muito mais tarde. Naquele tempo, ao findar a década de 50, os egressos do curso de História, ademais como todos os egressos da FFLCH, licenciados que eram, sabiam que seu caminho natural, ou, pelo menos, a primeira parte do caminho de suas carreiras, era o ensino secundário e nos sentíamos todos com uma certa obrigação de enfrentar os difíceis e apertados concursos para a rede oficial do Estado. Era uma questão de honra. Comigo não foi diferente. Embora tenha começado como contratada no ginásio estadual de Martinópolis, logo fiz concurso e “escolhi cadeira”

<sup>1</sup> Vestibular da FFCL - USP (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras), naquela época localizada na rua Maria Antônia.

na cidade de Cândido Mota, a mais próxima do meu domicílio, então em Assis, onde meu marido e eu já lecionávamos no curso de História da UNESP. Entretanto, a minha vocação para a pesquisa falou mais alto do que aquela atuação, mesmo que dedicada e entusiasmada, no ensino secundário e no universitário cumulativamente. Em 1968, nos seis meses passados em estágios na área de documentação em Paris e em Madri, acabei por me decidir por uma carreira de pesquisador. Em 1969 deixei a UNESP, vim lecionar Bibliografia Especializada na ECA, onde voltei mais tarde para também lecionar História do Livro e das Bibliotecas e muito mais tarde, Fundamentos de Arquivística, mas aí acumulando com minhas funções de pesquisadora de História do Brasil no IEB. O IEB, o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, como já declarei uma vez em uma entrevista como esta, é a comoção da minha vida profissional, no sentido do meu amadurecimento e realização pessoal. Nele estive de 1969, quando fui aprovada em concurso para pesquisador do Setor de História do Brasil, até 1990, quando me aposentei. Continuo ali, voluntariamente, como professora do curso que implantei em 1986 e coordenei durante os primeiros anos: o Curso Anual de Especialização em Organização de Arquivos, que no início teve promoção conjunta com o Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA, e que hoje já está na sua vigésima primeira edição. Foi no IEB, do qual fui vice-diretora de 1986 a 1990, que me realizei e cresci profissionalmente, fiz minhas pesquisas, completei minha tese de doutorado, redigi meus trabalhos. Minha pós-graduação foi iniciada em 1972, quando a carreira de pesquisador de História do IEB obrigatoriamente passou a ser ligada à carreira docente do Departamento de História. Passamos, nós os pesquisadores, a sermos docentes da FFLCH, com função de pesquisador do IEB e pagos por ele. Assim, naquele ano ingressei na Pós em História Econômica e, orientada pela Profa. Maria Theresa Schorer Petrone, fiz meu doutorado com tema de história colonial de São Paulo: o governo do Morgado de Mateus na Capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, tendo para tanto realizado pesquisas no IEB, no Arquivo do Estado, em vários arquivos do Rio de Janeiro e de Portugal, onde permaneci durante o ano de 1974 graças a uma bolsa do governo português. Defendi meu doutorado em dezembro de 1976 e, em 1977, começou uma outra etapa na minha carreira: a de arquivista.

**INFORME – A senhora fez cursos de especialização em Arquivística/Arquivologia no exterior (Estados Unidos, França, Espanha). Como os estudos na área são desenvolvidos no Brasil e no exterior? Como o desenvolvimento da área no Brasil pode ser considerado em relação ao exterior?**

**HLB** – Foi justamente o meu trabalho no IEB, ao tentar dar um tratamento arquivístico às coleções e aos arquivos pessoais existentes no Arquivo daquela instituição, como me fora requisitado pelo então diretor da instituição, o Professor José Aderaldo Castelo, que me fez compreender que o que eu estudara até então em Biblioteconomia e em História não me bastaria para saber organizar arquivos. A minha formação em arquivística fez-se em três cursos no exterior: Espanha, França e Estados Unidos. Tendo concorrido e ganho, em 1977, uma bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) para fazer uma especialização em organização e administração de arquivos, na *Escuela de Documentalistas*, estive em Madri naquele ano durante os seis meses de duração do curso. Depois, em 1979, aproveitando uma licença-prêmio, freqüentei o *Stage International Technique des Archives*, em Paris, e em 1987 fiz o curso denominado *Modern Archives Institute*, dentro do *National Archives*, em Washington. Depois disso, permaneci definitivamente na área dos arquivos, escrevendo livros e artigos, freqüentando congressos e dando cursos em todo o país, em alguns da América Latina, em Angola, na Espanha e Portugal. Fui também membro das Comissões Executivas, tanto a que implantou o sistema de arquivos da USP (SAUSP), como a do sistema de arquivos do Estado de São Paulo (SAESP). A área, que é tão antiga quanto as sociedades, já que é a que organiza e disponibiliza as informações, os documentos, os testemunhos, enfim, do funcionamento das instituições e do registro das relações entre governantes e governados e entre os cidadãos entre si, tem se desenvolvido grandemente nos últimos tempos graças aos recursos informáticos. De outro lado, também tem crescido em razão da complexidade jurídico-administrativa e das exigências da transparência da administração governamental, tanto quanto o bom funcionamento das organizações, tanto quanto o direito dos cidadãos aos seus *habeas-data*. No Brasil, data dos anos 70 a modernização dos arquivos, tanto nas empresas como nos órgãos públicos, considerando-se conjuntamente os arquivos correntes,

administrativos e também os arquivos permanentes ou históricos. Hoje já é freqüente no nosso país a compreensão do que seja a gestão documental em benefício dos registros dos direitos e deveres dos governos e dos cidadãos, desde a criação dos documentos, sua tramitação, sua vigência e, depois disso, seu aproveitamento pela pesquisa histórica. Quanto à metodologia e técnicas da organização dos arquivos no país não estamos longe do que é empregado e ensinado no exterior. O Brasil conta atualmente com 11 cursos superiores de arquivologia, mas ainda é muito pouco diante da demanda, tanto do poder público como da iniciativa privada.

**INFORME – A senhora iniciou sua atuação como docente da Universidade em 1969, na ECA, e depois veio para a FFLCH. Como foi/é sua experiência como docente?**

HLB – Minha trajetória em relação à FFLCH é *sui generis*, relativamente aos seus outros professores. Atualmente sou professora da Pós, depois de ter me aposentado pela FFLCH, porém aposentei-me como docente com função de pesquisa no IEB, isto é, sem nunca ter dado aulas na FFLCH na graduação. Meu primeiro cargo docente foi na UNESP, depois entrei para trabalhar na USP, primeiramente como professora na ECA, depois no IEB, como pesquisadora-com-carreira-docente, algumas vezes, acumulando com a docência na ECA. Quando me aposentei, após cinco de UNESP e 20 anos de USP, fui imediatamente contratada pela Universidade de Brasília (UnB) para instalar, coordenar e ser professora do Curso de Arquivologia. Lá estive por três anos e depois também fui lecionar, por dois anos, Arquivologia na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Em 1989 dei aulas no Curso de Ciências Documentárias da Universidade Clássica de Lisboa e, desde 2002, dou aulas, a cada dois anos, na Universidad Internacional de Andaluzia, Espanha.

**INFORME – Quais atividades a senhora tem desenvolvido atualmente?**

HLB – Atualmente, ademais da orientação, no Departamento de História da FFLCH, de mestrandos e doutorandos que trabalham com temas ligados à Arquivística, sobretudo à tipologia documental em arquivos, venho desenvolvendo três atividades no exterior. A primeira, como professora na *Maestria de Gestión de Documentos y Administración de*

*Archivos*, em Huelva, na Espanha, na universidade acima mencionada; a segunda, como consultora de arquivística e pesquisadora do *Projeto Resgate de Documentação Histórica* do Ministério da Cultura do Brasil, junto ao Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, para onde me desloco a cada dois meses, lá permanecendo mais dois, durante os últimos 10 anos, e lá atuando na reorganização e elaboração de catálogos de documentos relativos ao Brasil, documentos estes que são posteriormente microfilmados e digitalizados, conjuntamente com uma equipe formada por portugueses e brasileiros; a terceira, como pesquisadora em um arquivo privado do Palácio de Mateus, em Vila Real, Portugal, da família de um governador colonial de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que foi capitão general da nossa capitania de São Paulo no século XVIII, entre 1765 e 1775, sobre cujo governo fiz meu doutorado aqui na FFLCH. Há alguns anos, por convite de seus descendentes, estive pesquisando naquele arquivo e resultou um livro publicado em Portugal, sobre as cartas entre esse governador e sua mulher, desde seu casamento em 1757 até a morte daquele Morgado, em 1798, muitos anos depois que voltara do Brasil. Dentro de alguns dias retornarei ao Palácio para prosseguir pesquisas, desta vez sobre outro importante membro daquela família, o Conde de Vila Real, que teve importante papel político em seu país, e justamente era neto do D. Luís Antônio, que governou São Paulo.

**INFORME – A senhora está na FFLCH desde 1956, quando iniciou a graduação. Quais mudanças ou acontecimentos a senhora destacaria como fundamentais para a história da Faculdade desde essa época? Quais seriam os rumos que deveríamos tomar para o futuro?**

HLB – Eu estudei exclusivamente na Maria Antônia, uma vez que meu curso de História decorreu de 1956 a 1959, antes da mudança para a Cidade Universitária. Tivemos grandes professores, todos eles tinham sido alunos e assistentes dos primeiros mestres, muitos deles estrangeiros, que tinham vindo “construir” a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934. Eu não queria pecar por omissão, mencionando nomes de alguns professores e

“Foi mesmo uma época de transição: nós éramos as “meninas” da época anterior à pílula anticoncepcional, as “meninas”, de quem se dizia que iam fazer a Faculdade de Filosofia “para esperar marido”...”

deixando outros de lado. Mas, alguns deles são, de tal modo, unanimidades, que posso citá-los sem constrangimento em relação aos demais. Grandes personalidades, cada um a seu modo, grandes mestres, tornaram inesquecíveis a forma e o conteúdo de suas aulas: História Antiga: Prof. Eurípedes Simões de Paula; Antropologia: Prof. Egon Schaden; História Moderna e Contemporânea: Prof. Eduardo de Oliveira França; História do Brasil: Prof. Sérgio Buarque de Holanda... Você me pergunta sobre mudanças e acontecimentos: vivíamos então os meados da década de 50. Já dez anos da redemocratização do Brasil. A esquerda podia manifestar-se. E ali, na Maria Antônia, era no “Grêmio” que ecoavam aquelas manifestações. Veja a nossa situação, a das “meninas do diurno”. Tão diferentes das “meninas” e dos “rapazes do noturno”: eles eram os que já trabalhavam, já se sustentavam, tinham uma invejável independência, que nós, as “burguezinhas” do diurno, desconhecíamos. Vínhamos de colégios conservadores, de famílias conservadoras... Ninguém queria ser taxado de ser de direita, mas como conciliar, se

nossos pais nos advertiam sobre “os perigos” do Grêmio? Se estávamos mesmo, de certo modo, “proibidas” de frequentá-lo? Foi mesmo uma época de transição: nós éramos as “meninas” da época anterior à pílula anticoncepcional, as “meninas”, de quem se dizia que iam fazer a Faculdade de Filosofia “para esperar marido”... E diante de tantas perplexidades, o que fazíamos era estudar, estudar e estudar, fosse na biblioteca da Filosofia, na do Instituto de Administração, ali na Dr. Vila Nova, fosse na Biblioteca Municipal, fosse em nossas casas, com os livros retirados da Biblioteca da História, lá no último andar... Os rumos da Faculdade? Continuar sendo o que ela sempre foi, a formadora de grande massa pensante para o país, formando profissionais – basicamente, professores e pesquisadores das Ciências Humanas – capazes de promover protestos, mudanças e novos rumos para a sociedade neste mundo de hoje, que é completamente interdisciplinar. E o fato de ter sido concebida interdisciplinar e de sempre assim ter trabalhado e se desenvolvido é um dos maiores e mais comovedores méritos da nossa Faculdade.

## PROF. JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI (DF)

POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA

### **INFORME – Como foi sua escolha pela Filosofia? Como era o curso de graduação na época?**

**José Arthur Giannotti** – Talvez por influência de meu pai, eu escolhi Filosofia já muito cedo. Também fui influenciado por minha frequência na Biblioteca Infantil. Já no início do colégio (havia, na época, o ginásio e o colégio) decidi fazer Filosofia. Já lia algumas coisas e, nos anos 40, frequentava os seminários do Vicente Ferreira da Silva. Em 1948, mais ou menos, Oswald de Andrade me disse que Vicente estava fazendo um seminário sobre Platão, e eu fui assistir e foi assim que comecei a ler os gregos.

Depois de frequentar a Faculdade como aluno ouvinte de Letras Clássicas, passei a frequentar o curso de Filosofia em 1950, e naquele momento, a Filosofia estava ligada ainda à Psicologia, nosso diploma era duplo. Me lembro de três influências marcantes. A primeira era a do Granger, um professor da missão francesa (naquela época a França mantinha um cargo francês na Faculdade de Filosofia). A turma era pequena, cerca de 12 alunos, e foi muito entusiasmada pelo Granger, que nos fez mergulhar na Epistemologia e na Lógica. Desde o primeiro ano

até o final do curso tivemos cursos extras com o Granger, quando ele foi embora do Brasil. Havia também a presença importante do Lívio Teixeira, que nos obrigava a uma leitura de textos sistemática. Outra figura muito interessante, que tentava pensar o Brasil misturando História e Filosofia era Cruz Costa.

Naquela época, no final do curso, podíamos escolher optativas. Optativas que eram de fato optativas. Tanto é assim que, por causa do meu interesse pela Lógica, fui fazer cursos de Matemática. Havia, portanto, grande flexibilidade na formação do professor de Filosofia.

### **INFORME – E o senhor continuou estudando Lógica na sua pós-graduação?**

**JAG** – Não havia pós-graduação. Não havia o mestrado, você ia direto para o doutoramento.

Após três anos na graduação você obtinha o bacharelado, passava à licenciatura, estudando Didática e as optativas. Como licenciado podia lecionar Filosofia ou Psicologia. Quem quisesse seguir a carreira se inscrevia no doutoramento. Para prepará-lo consegui uma bolsa da França e da CAPES e fui atrás

de Granger, que ensinava em Rennes, depois passei mais um ano em Paris. Mas não quis defender o doutorado lá, o que fiz no Brasil.

E segui minha carreira na USP até 1969, quando fomos aposentados.

**INFORME – A carreira como docente acabou vindo em decorrência de suas pesquisas acadêmicas ou ela já estava em seus planos?**

**JAG** – Para nós, a docência e os planos acadêmicos eram a mesma coisa. Tanto é assim que, no último ano

*“Em 1964, quando se instala o regime militar, a Universidade passa por uma espécie de inquérito militar, sendo os professores chamados para depor. O Exército estava muito preocupado com os focos comunistas na Universidade.”*

de Filosofia, quando o Granger foi embora, eu e outros colegas fomos nomeados assistentes extranumerários, que era uma forma de estar na

Universidade trabalhando de graça. Comecei a dar aulas de Lógica já no quarto ano, com 23, 24 anos.

Depois, fiz concurso em Sociologia como professor na Escola Normal. Não havia concurso para Filosofia no curso secundário. Nosso grupo se deu bem, o que deixou Florestan Fernandes meio “bravo”, porque só a primeira vaga foi ocupada por uma socióloga, o resto eram todos filósofos. E comentava: “Eu não estou aqui para formar filósofos, eu estou aqui para formar sociólogos”.

Fui, então, ser professor de Sociologia em Ibitinga-SP. Depois, quando houve um concurso de Filosofia, mais tarde, comecei a ensinar no Brasília Machado, isso até 1956, quando fui para a França. Voltei para o Brasil em 1958 e defendi a tese em 1959.

**INFORME – Em 1969 o senhor foi um dos professores aposentados compulsoriamente. Esses professores eram acusados de militância política em sala de aula. Esse também foi seu caso?**

**JAG** – Veja bem, é preciso entender que nossa aposentadoria não foi, de forma alguma, uma acusação unicamente ideológica, mas resultava da luta política da Universidade. Em 1964, quando se instala o regime militar, a Universidade passa por uma espécie de inquérito militar, sendo os professores chamados para depor. O Exército estava muito preocupado com os focos comunistas na Universidade. Era muito engraçado, porque o resultado dependia muito da maneira como o professor reagia. Tenentes pediam aos ilustres professores que, para provarem o seu patriotismo, cantassem o hino nacional. Um dos primeiros foi Cruz Costa, que

como grande gozador, respondeu: “Eu sei de cor, mas só com música. Então, o senhor assobia e eu canto”. O Florestan, em compensação, que gostava do confronto, se recusou a depor e saiu preso.

Mas esses inquéritos não resultaram em nada, porque os professores eram mais sabidos do que os tenentes interrogadores.

Quando veio o AI-5, a questão tocou a Universidade por dentro. Nela havia uma luta pela reforma, tendo a Faculdade de Direito, a Poli e metade da Medicina, à direita, e o resto à esquerda. Em 1967 a centro-esquerda venceu Gama e Silva, que era um dos grandes líderes da direita e ligado ao militares. Para recompor seu poder a direita apostou num expurgo. Um jogo sujo da Universidade, o expurgo começou internamente. Agora, com a publicação dos documentos, pode-se constatar como a denúncia de colegas andou solta. Outras Universidades foram mais coesas e sofreram menos baixas. As aposentadorias resultaram, pois, mais de um jogo interno de poder na Universidade do que da pressão

*“Nós formamos, então, um grupo de intelectuais à margem da Universidade, mas fazendo pesquisa, procurando entender o que se passava no Brasil e, quando possível, agulhando os militares.”*

direta dos militares. Continuando o jogo decidimos não emigrar e, sob a liderança de Fernando Henrique (Cardoso), formamos o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Precisávamos negociar com os militares até onde podíamos ir. Quem teve um papel muito importante nesse jogo foi Paulo Egídio (Martins), que era então governador. Ele nos levou a um coronel, que não sabíamos quem era e depois ficamos sabendo que era o chefe de todo o serviço de informação. Estávamos eu e o Fernando Henrique. Conversamos com o coronel e entendemos que poderíamos fazer pesquisa à vontade, mas não poderíamos ter alunos no CEBRAP. E ele nos apresentou ao comandante geral do II Exército, com a seguinte expressão: “Aqui estão professores da USP aposentados pelas estripulias do Gama e Silva”. Por aí se vê que os milicos sabiam exatamente como a Universidade estava jogando com o fato da ditadura.

**INFORME – E quais eram as idéias e objetivos iniciais do CEBRAP?**

**JAG** – Em 1964, Fernando Henrique já havia sido, por questões de perseguição política, obrigado a se exilar. E, no Chile, entrou contato com o mundo internacional que nós ignorávamos, como a Fundação

Ford etc. Quando veio o AI-5, a própria Fundação Ford, que naquele momento estava muito mais à esquerda do que as outras, percebeu que era importante evitar que no Brasil ocorresse o que já tinha acontecido na Argentina, isto é, uma evasão enorme de cérebros. Então eles propuseram a criação de três núcleos: o CEBRAP, um no Rio Grande do Sul, e mais outro em Minas Gerais. Estes dois não deram certo, não conseguiram se organizar, e então ficou o CEBRAP.

Nós formamos, então, um grupo de intelectuais à margem da Universidade, mas fazendo pesquisa, procurando entender o que se passava no Brasil e, quando possível, agulhando os militares. Começamos a publicar em 1972, com muito cuidado ainda, pois não sabíamos até onde as publicações seriam possíveis. Nossas primeiras publicações tinham caráter de relatórios para evitar qualquer tipo de reação.

**INFORME – E como foi sua volta à Universidade?**

**JAG** – A PUC começa a se abrir, graças à influência do cardeal Arns, trazendo os professores aposentados para lecionar. E junto com Bento Prado fomos para lá ajudarmos a fundar a pós-graduação. Campinas também se abriu e me convidou para ser professor assistente.

Em 1980 vem a anistia e recupero meu cargo na USP. Mas já tinha arrumado minha ida para a Columbia, e lá fiquei por dois anos. Voltei para o Bra-

sil em 1982 e lecionei até 1984, quando me aposentei.

Uma parte dos meus colegas virou político; o Fernando, por exemplo, vai para o Senado, e era preciso reforçar o CEBRAP. Este foi um celeiro de quadros tanto intelectuais como políticos. Cada vez que havia uma vitória da centro-esquerda um grupo de investigadores era chamado a assumir funções públicas. Isso aconteceu no governo Montoro, no governo Erundina, que recrutou Paulo Singer e outros. Com a ida do Fernando para o Senado, questionava-se o futuro do CEBRAP. Minha idéia era fazer um pequeno centro de estudos avançados. Ela foi aceita e eu fiquei encarregado da direção do CEBRAP, o que não me permitiu continuar na USP e assim me aposentei. Fiquei onze anos dirigindo o CEBRAP.

**INFORME – Mas o senhor continuou a dar aulas na pós-graduação da FFLCH após sua aposentadoria?**

**JAG** – De vez em quando dou aula na pós-graduação, quando tenho alguma coisa nova para dizer. Quando virei Emérito, pude dar aula na graduação. Já dei dois cursos para o primeiro ano, o que é muito agradável; eu faço uma parceria com os meus colegas, dou as aulas magnas e eles dão as aulas práticas e corrigem os trabalhos.

Atualmente estou com mais vontade de escrever do que lecionar.

## PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA MARTINS

POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA

**INFORME – O senhor poderia contar um pouco da sua trajetória acadêmica até a USP? O que motivou a escolha pelas Ciências Sociais, em particular a Sociologia?**

**José de Souza Martins** – Venho do subúrbio operário de São Caetano, tendo terminado o curso primário em Guaianases, no Grupo Escolar “Pedro Taques”, num período em que minha família viveu e trabalhou na roça, num sítio da Fazenda Santa Etelvina. Quando, no início de 1950, retornamos a São Caetano, onde nasci, comecei a trabalhar vendendo banana na rua e na porta de uma fábrica. Pouco depois, eu já estava trabalhando numa pequena fábrica, perto de casa. Esse era o ideal possível nas famílias de minha condição. Depois de um tempo decidi estudar à noite, trabalhando durante o dia. Quando, em 1953, fui trabalhar numa

grande fábrica, que me pagava a escola secundária noturna particular, comecei a pensar em fazer o curso Normal, o magistério, pois desejava mesmo era ser professor primário na roça e não técnico industrial, que era o horizonte que a fábrica me propunha. Assim como para entrar no secundário se fazia um vestibular – o exame de admissão –, para ingressar no curso Normal se fazia outro vestibular. Fiz e passei. Passei a vida fazendo vestibulares para ter uma chance de estudar. O problema é que não havia curso Normal noturno. Tive, então, que sair da fábrica e passei a viver de bicos, num grande aperto. O uniforme me foi fornecido pela Caixa Escolar, que assistia os alunos pobres, tal a situação em que me encontrava. Fui um dos privilegiados beneficiários da escola pública de bom nível, o Instituto de Educação “Américo Brasiliense”, de



Santo André. Apaixonei-me pela Sociologia e pela História, motivado pelas duas excelentes professoras dessas disciplinas. Apaixonei-me e dividi-me. Acabei decidindo pelas Ciências Sociais depois de ouvir uma conferência da professora Noemy Silveira Rudolfer, de Psicologia Social, da USP, na Biblioteca Municipal de São Paulo. Ainda no Normal, houve um concurso estadual de monografias sobre o patrono da escola. Meu trabalho foi classificado em 1º lugar. Ganhei um prêmio de cerca de cinco mil cruzeiros, uma fortuna,

*“Com a instauração do inquérito policial-militar na Faculdade de Filosofia e o interrogatório de vários professores, um deles o Professor Florestan, sua prisão pelo Exército e minha própria prisão pelo Dops, em 1966, definiu-se um cenário de incerteza na Cadeira de Sociologia I, de que Florestan era titular.”*

USP, o que facilitou minha preparação para o vestibular e meus estudos nos dois primeiros anos da faculdade. Minha opção pela Sociologia se deu na faculdade, pois eu estava muito tentado a ir para a Antropologia.

**INFORME – Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre sua experiência na pós-graduação, sobre seus temas de pesquisa e as orientações dos professores Florestan Fernandes e Luiz Pereira.**

**JSM** – Eu não tive propriamente orientador nem no mestrado nem no doutorado. Fiz o mestrado no tempo da chamada Especialização. O interessado escolhia um orientador dentre os docentes ao qual apresentava um projeto de pesquisa. Se ele o aceitasse, recomendava-lhe leituras e uma orientação geral. Só eventualmente e em momentos determinados o pós-graduando marcava uma conversa com seu orientador. De fato, a conversa séria ocorria à vista de uma primeira versão da dissertação. Se aceita, a conversa continuava. Se não fosse aceita, praticamente a pós-graduação terminava ali. Apresentei meu projeto sobre “As condições do desenvolvimento agrário no Estado de São Paulo”, ainda na graduação, ao Professor Octavio Ianni, que o aceitou. Fiz, então, a pesquisa comparativa em três regiões do Estado e comecei a analisar os resultados. Meu projeto fora escrito entre 1963 e o início de 1964, antes do golpe militar. Com o golpe, o Professor Fernando Henrique Cardoso, o primeiro a ser procurado pelo Dops, foi para o exílio no Chile, primeiro sinal dos

para comprar livros. Montei minha biblioteca básica de Ciências Sociais com esse dinheiro antes de entrar na

ataques que viriam sobre o grupo do Professor Florestan Fernandes, de que eu fazia parte. Com a instauração do inquérito policial-militar na Faculdade de Filosofia e o interrogatório de vários professores, um deles o Professor Florestan, sua prisão pelo Exército e minha própria prisão pelo Dops, em 1966, definiu-se um cenário de incerteza na Cadeira de Sociologia I, de que Florestan era titular. Florestan, então, chamou cada um dos pós-graduandos já contratados como instrutores de sua Cadeira, como era o meu caso, e cobrou pressa. De mim, quis saber se a pesquisa estava concluída e quanto tempo levaria para escrever a dissertação. Eu precisaria de pelo menos um ano e estava dentro dos prazos. Ele achou que era muito, em face da situação de risco. Perguntou-me se tinha alguma coisa mais adiantada, outra pesquisa. Ainda na graduação, Fernando Henrique Cardoso me convidara para ser auxiliar de pesquisa de Luiz Pereira, que estava sendo contratado pela Faculdade como docente. Ao mesmo tempo sugeriu que eu me vinculasse a uma pesquisa de Maurício Vinhas de Queiroz, na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, sobre a formação dos grupos econômicos no Brasil. Coube-me estudar uma dezena de grupos paulistas, um deles o grupo Matarazzo. Eu tinha já escritas as respectivas monografias. Sugerir-lhe que a monografia sobre o Conde Matarazzo era a que poderia ser transformada numa tese. Ele a leu, concordou e propôs que eu a transformasse em dissertação o mais rápido possível. Foi o que fiz.

Com o doutorado aconteceu a mesma coisa. Com a aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes e de Octavio Ianni pela ditadura, em 1969, Luiz Pereira herdou as orientações pendentes, uma delas a minha. Mas meu projeto já estava em andamento e logo em seguida fiz a imensa pesquisa que planejara, no Vale do Paraíba, sobre a questão da modernização no campo. Foi a primeira vez que se utilizou um levantamento aerofotogramétrico<sup>1</sup> para determinar amostragem em Sociologia no Brasil. A pesquisa cobriu todo o Alto Paraíba e o Médio Paraíba. A análise dos dados e a redação da tese tardaria até 1972. Luiz Pereira conversou comigo e achou que era muito tempo. Havia urgência em consolidar o grupo remanescente da Cadeira de Sociologia I e dar continuidade ao projeto de Florestan Fernandes. De novo, fui solicitado a escrever uma tese sobre o tema de uma pesquisa paralela

<sup>1</sup> Aerofotogrametria é uma técnica de obtenção de medidas de aerofotos aproveitando-se de suas propriedades geométricas.

de vários anos, que eu havia feito sobre o Núcleo Colonial de São Caetano, um dos primeiros núcleos de colonos italianos. Com isso, pude doutorar-me no final de 1970. Luiz Pereira apenas leu o texto final, fez alguns comentários e o aceitou.

Fui autodidata e órfão de orientação tanto no mestrado quanto no doutorado. Isso foi possível, em grande parte, graças ao excelente curso de graduação que fiz aqui na Faculdade e aos seminários e troca de idéias que havia na Cadeira de Florestan Fernandes. Marialice Mencarini Foracchi, com quem eu estava preparando a antologia *Sociologia e Sociedade*, foi nessa fase mais que uma interlocutora, sem querer orientando-me em leituras e aprendizados. Devo muito a ela na minha formação.

Entre o mestrado e o doutorado, Florestan Fernandes havia lido dois textos meus, escritos entre 1967 e 1968, um deles o projeto do Vale do Paraíba, em que, seguindo uma tradição teórica da Cadeira de Sociologia I, eu levantava hipóteses interpretativas na perspectiva de uma crítica da razão dualista. Florestan gostou dos trabalhos e os publicou em 1969 na revista *América Latina*, do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, do Rio de Janeiro, e na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, da Universidade de São Paulo. Nesses textos, com base nos resultados da pesquisa que eu fizera em 1965 na zona rural e com base na literatura teórica então disponível, fiz minhas primeiras observações e interpretações sobre o que foi chamado, indevidamente, de “funcionalidade do atraso”. Apon-tei, então, que não havia descontinuidade e incompatibilidade entre a modernização agrícola e

econômica e os valores e orientações da sociedade tradicional.

*“Inaugurei aqui na nossa Sociologia, aqui na escola, as aulas de rua, num momento em que começava a se difundir o equívoco, entre os alunos, que pesquisa se reduz às leituras de biblioteca e que trabalho de campo é sinal de deficiência de pesquisador sem competência teórica.”*

**INFORME – Concomitantemente às suas pesquisas, o senhor iniciou, em 1965, a carreira docente na Universidade. Ser professor universitário já estava em seus planos? Como foi a experiência na docência?**

**JSM** – Ingressar no curso de graduação em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, já foi um desvio no meu projeto de vida. Eu decidira sair da fábrica em que trabalhava para fazer o curso Normal e me tornar

professor primário numa escola de roça. Antes do término do curso na USP, eu já havia decidido fazer o curso de especialização em Sociologia (o mestrado atual) basicamente motivado pela idéia de me tornar pesquisador. Na cadeira de Sociologia I, éramos um grupo de auxiliares de pesquisa cujo compromisso estava terminando. Ainda era o tempo da cátedra e cabia ao catedrático convidar quem escolhesse para ser seu assistente. Florestan, no entanto, em reunião, consultou seus assistentes para decidir quem no grupo dos auxiliares de pesquisa seria convidado para ingressar na carreira docente como seu assistente, para preenchimento de duas vagas que conseguira para ampliar o quadro de seus colaboradores. Fui um dos convidados, do grupo o que menos expectativa tinha nesse sentido. Minha vocação de professor era antiga, desde a adolescência. Antes de terminar o curso Normal eu já era professor de História num cursinho noturno de madureza, o supletivo de agora. Para o padrão universitário, fui e tenho sido um docente não-convencional. Inaugurei aqui na nossa Sociologia, aqui na escola, as aulas de rua, num momento em que começava a se difundir o equívoco, entre os alunos, que pesquisa se reduz às leituras de biblioteca e que trabalho de campo é sinal de deficiência de pesquisador sem competência teórica. Esqueceram-se de que a Sociologia é uma ciência, desde a origem, enraizada no trabalho de campo. Até Max Weber fez pesquisa de campo sobre sociologia do trabalho.

**INFORME – O senhor foi um dos intelectuais latino-americanos eleitos anualmente para a Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge. Como é o processo de seleção para o cargo? Outros brasileiros já foram eleitos? Como foi sua participação na Universidade?**

**JSM** – A Cátedra Simon Bolívar é uma verdadeira instituição. Ser escolhido para ocupá-la é uma alta distinção, algo equivalente a um Prêmio Nobel regional. Cambridge tem duas Cátedras desse tipo. Além da Simon Bolívar, para latino-americanos, a Cátedra William Pitt, para americanos. A Cátedra Simon Bolívar não aceita candidatos, de modo que o escolhido fica sabendo da escolha quando ela já se consumou. Aliás, se alguém se oferece, pelo que sei, se estiver em cogitação, sai da lista; se não estiver, nela não entra. Cambridge é muito ciosa de suas prerrogativas na escolha de quem deseja ter como docente. A iniciativa de propor nomes vem dos departamentos e faculdades, sempre nomes de pesquisadores com obra co-

nhecida em Cambridge. Consumada a escolha, o escolhido é consultado. Se aceita, seu nome é encaminhado ao Senado, que o referenda ou não. Se referendado, o nome é encaminhado para a formalização. Em caso de que o escolhido não tenha sido aluno de Cambridge, o Senado lhe outorga um título temporário de M. A. (master of arts), o que lhe dará o direito de usar por cima da beca a estola vermelha dos que obtiveram esse título por Cambridge. Os “Colleges” são informados de que a Universidade terá um novo Professor, seu título de mais alta distinção. O escolhido será, então, eleito “fellow” de um deles pelo respectivo corpo governativo. Ao chegar a Cambridge, o novo professor terá duas posses: uma posse administrativa na Universidade e uma posse solene no respectivo “College”. A minha foi na Capela de Trinity Hall, presidida por Sir John Lyons, famoso lingüista, na presença de todo o corpo docente, com suas becas e insígnias, e dos alunos do doutorado. Depois, houve um banquete de recepção no hall. Tudo é muito solene, porque uma Cátedra em Cambridge é um pilar da Universidade. Antes de mim, foram eleitos para essa Cátedra Celso Furtado (“fellow” do King’s College) e Fernando Henrique Cardoso (“fellow” do Clare College). Fernando Henrique se tornou depois Professor Emérito de Cambridge e “fellow” honorário de seu “College”. Depois de mim, foi eleito Eduardo Viveiros de Castro (“fellow” do King’s College). Além de dar um curso de pós-graduação, como “fellow” de Trinity Hall, participei de todas as atividades do seu corpo governativo. Pela tradição, o “College” tem renovado meus direitos como “senior fellow” e deles tenho me valido, desde então, nele me hospedando quando vou a Cambridge, o que faço anualmente, e participando da “high table”, além dos almoços e jantares. Cambridge foi a melhor coisa que me aconteceu

*“Um dos aspectos mais gratificantes de meu serviço na ONU foi o trabalho que fiz em escolas italianas como esforço para conseguir que a sociedade civil, e não só os Estados, se tornasse apoio do programa (do Fundo contra as Formas Contemporâneas de Escravidão).”*

res, alunos e ex-membros.

em minha vida acadêmica, beneficiado, sobretudo, pelo imenso respeito que aquela Universidade devota a seus professores,

**INFORME – O senhor foi, durante 12 anos, até o final de 2007, membro da Junta de Curadores do Fundo Voluntário da ONU contra as Formas Contemporâneas de Escravidão. Qual é o trabalho desenvolvido pelo Fundo?**

**JSM** – O Fundo foi criado pela Assembléia Geral da ONU e é abrigado pelo Alto Comissariado de Di-

reitos Humanos, no Palais Wilson, em Genebra. Apóia grupos e iniciativas contra a escravidão nos vários continentes, recebe pedidos de socorro de vítimas ou seus interlocutores e assegura a participação de vítimas ou seus porta-vozes na reunião do Grupo de Trabalho da ONU contra a Escravidão (que se reúne anualmente em Genebra) que queiram apresentar denúncias contra governos perante os embaixadores acreditados na ONU. Para isso, a Junta se reúne anualmente, examina numerosos processos e toma decisões quanto ao que fazer. Cabe aos seus cinco membros conversar com embaixadores e governantes para deles obter os meios necessários à efetivação da missão da ONU nesse campo, o que é facilitado pelo direito de entrar e permanecer no recinto das assembléias das Nações Unidas, em Nova Iorque ou Genebra. A maioria dos governos é indiferente em relação aos Fundos Voluntários da ONU e o da Escravidão é quase sempre o último a ser objeto de apoio financeiro. Sobretudo nas últimas décadas, com a globalização, a economia neoliberal e a degradação das relações de trabalho, não só no Terceiro Mundo mas também nos países ricos, há pouco interesse em apoiar iniciativas em favor do cumprimento das convenções internacionais relativas ao direito do trabalho. Na América Latina, o Chile deu uma ajuda ao Fundo há alguns anos, e o governo Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, tornou-se o único governo a dar uma ajuda continuada ao Fundo até o final do mandato do Presidente. O governo Lula interrompeu a ajuda, limitando-se a fazer duas contribuições descontínuas, apesar das várias conversas que tive com membros de nossa Missão Diplomática em Genebra. Um dos aspectos mais gratificantes de meu serviço na ONU foi o trabalho que fiz em escolas italianas como esforço para conseguir que a sociedade civil, e não só os Estados, se tornasse apoio do programa. Uma das respostas ao meu trabalho foi a decisão das crianças e adolescentes do Instituto Oscar Romero, de Albino, Bérghamo, de fazerem um dia de jejum simbólico por ano, recolhendo o dinheiro economizado para repassar ao Fundo. Falei aos alunos de diferentes turmas durante cinco horas para expor-lhes o quadro dramático de relações iníquas de trabalho em diferentes países. Nesse jejum os alunos economizam no supérfluo, como doces, salgadinhos e refrigerantes. No dia do primeiro depósito, a agência bancária local teve que ser fechada e os serviços regulares suspensos para que a multidão de

estudantes pudesse testemunhar o ato do depósito na conta da ONU e a entrega do respectivo recibo. Desde então, eles contribuem anualmente com o que economizam nesse dia. Ao mesmo tempo, convenceram os pais a venderem doces e bolos na festa de Santa Luzia, famosa em sua região, para com o dinheiro arrecadado aumentarem sua contribuição ao Fundo. Fiz muitas palestras em vários países para expor o problema e fiz, também, inspeções em nome da ONU para verificação local dos resultados da aplicação dos recursos fornecidos pelo Fundo. As Américas eram meu território de atuação.

**INFORME – Em 2003 o senhor se aposentou. Quais atividades tem desenvolvido na Universidade após a aposentadoria?**

**JSM** – Uma vez que os professores aposentados não podem ministrar cursos na USP, a não ser em nome de terceiros, deixei de dar aulas na Universidade. Sou contrário a que os professores aposentados trabalhem como clandestinos de sua própria Universidade. Após a aposentadoria, passei a escrever regularmente para jornais, meu novo campo de docência. Publico semanalmente um artigo no Caderno Aliás, de *O Estado de S. Paulo*, e na página 2 do jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese. Ocasionalmente, publico artigos também no suplemento *Eu & Fim de Semana*, do jornal

*Valor Econômico*. Além disso, tenho dado muitas entrevistas a periódicos e feito palestras e conferências. A isso agrego a preparação de meus livros esgotados para reedição bem como a publicação de novos livros que ficaram à espera de editor. Neste ano, publiquei *A Aparição do Demônio na Fábrica*, pela Editora 34, e a 2ª edição revista e ampliada de *A Sociabilidade do Homem Simples*, pela Editora Contexto. No segundo semestre sai meu primeiro livro de fotografias e poesia, pela Edusp, na coleção “Artistas da USP”, um livro sobre as ruínas visuais da industrialização na era da desindustrialização. Até outubro sai, pela Contexto, *Sociologia da Fotografia e da Imagem*, um conjunto de estudos teóricos no campo da sociologia visual. Publicados também neste ano, sou autor de capítulos dos livros de Lorenzo Mammi e Lilia Moritz Schwarcz (orgs.), *8x Fotografia* (Companhia das Letras) e de José Machado Pais, Clara Carvalho e Neusa Mendes de Gusmão (orgs.), *O Visual e o Quotidiano*, que acaba de sair pela Imprensa de Ciências Sociais, em Lisboa. No momento, estou terminando um livro sobre a Revolução de 1924, que sairá pela Imprensa Oficial. Concluí recentemente *História e Arte no Cemitério da Consolação*, um opúsculo ilustrado com dez de minhas fotografias, a ser publicado pela Secretaria Municipal de Cultura em celebração dos 150 anos daquele Cemitério.

## PROFA. DRA. MARIA CECÍLIA DE MORAES PINTO (DLM)

POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA

**INFORME – Como era a graduação em Letras quando a senhora fez o curso?**

**Maria Cecília de Moraes Pinto** – A graduação constava, no caso da minha opção pelas Línguas Neolatinas, de quatro anos em seqüência. Entrei na Faculdade em 1955 e saí em 1958. Três disciplinas caracterizavam as Neolatinas: o Italiano, o Espanhol e o Francês. Havia também o Português e, mais tarde, no quarto ano, as disciplinas didáticas, as metodologias, etc. Você devia respeitar a seqüência, a não ser nas matérias de didática, que se podia antecipar. No meu caso, antecipei.

A grande diferença em relação ao curso de hoje é que, quando chegava o último ano, você se “especializava” em duas matérias, como se dizia naquele tempo. Português, por exemplo, mesmo que o aluno

tivesse feito Neolatinas. Quanto a mim, preferi Italiano e Francês. Havia uma vantagem na seqüência: a progressão organizada. Mas também havia uma desvantagem: acabava sendo muita coisa. Hoje em dia, o aluno cursa um número menor de disciplinas, o que é bem razoável e dá para se fazer um curso mais aprofundado. Naquela época, pelo menos em relação ao Francês, e imagino que em relação ao Inglês também, você supunha um conhecimento prévio, de modo que parte da dificuldade estava amainada. Espanhol já fazia parte do primeiro ano do curso Clássico; e o Italiano, sim, era a novidade. Mas duas línguas neolatinas não traziam grandes problemas. E havia o Português: Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira. Apenas as divisões eram um pouco diferentes.

**INFORME – A senhora acompanhou os acontecimentos de 1968 na Maria Antônia?**

**MCMP** – Acompanhei relativamente. Estive mais ou menos ausente, porque coincidiram com o final de uma gravidez. Já tinha-me formado, já era professora contratada da USP (fui contratada em 1965). E em 68, quando as coisas começaram a acontecer, eu estava em licença de gestação, porque minha filha ia nascer em setembro (depois ela se “atrasou” e nasceu em outubro). Havia também para o fim do ano uma viagem à França, já marcada, de modo que vi muito mais resquícios de 1968 na Europa do que a agitação em São Paulo. Aliás, o médico recomendara que eu ficasse de lado, mantivesse distância. Sei que o Mackenzie invadiu a USP, e toda a história, mas não estive lá por causa da gravidez.

**INFORME – A senhora desenvolveu suas pesquisas de pós-graduação nos anos 1970. Como foi realizá-las neste período? A pós-graduação de hoje é muito diferente, até no que diz respeito à intenção dos alunos com as suas pesquisas?**

**MCMP** – Bom, acho que as pesquisas na minha época se diferenciavam porque estavam muito ligadas a quem já se comprometera com a carreira universitária. Quer dizer, fazer mestrado ou doutorado estava muito relacionado ao fato de você estar engajado na carreira universitária. Creio que todos podiam tentar obter esses títulos, mas eles interessavam, sobretudo, ao professor que já estava dentro do circuito acadêmico. 1972 foi o ano da mudança. Quando foi-se aproximando o final de 1971, já sabíamos como as coisas iam caminhar e tratamos de fazer o doutorado. Foi o meu caso. Seria mais simples fazer logo doutorado, não por ele ser mais fácil no sistema antigo, mas pelos novos cursos então criados, cursos diferentes daqueles já completados e chamados “cursos de especialização” (não eram ainda uma pós-graduação). Preparei a tese para poder entrar neste esquema. Tinha uma vantagem: acho que você se concentrava muito na pesquisa que estava fazendo. Quando você compara a média dos trabalhos dessa época com a média dos trabalhos de hoje, eu diria que os antigos eram mais profundos, mais pensados, em geral. Não estou absolutamente falando de casos particulares. Por outro lado, penso no que melhorou muito. Foi, digamos, uma certa tentativa de igualar as diferenças entre os alunos, porque com essa obrigatoriedade de fazer cursos, etc, houve uma

tendência a elevar o nível dos mais fracos e manter o dos demais, de modo que você continua com teses muito boas, com mestrados muito bons.

O mestrado não era obrigatório naquela época – a gente acabava fazendo, mas não era obrigatório. Os trabalhos hoje em dia são bons, quase como os trabalhos daquela época. Apesar de tudo, você tem mesmo um certo desnível e, de vez em quando, pega coisas muito fracas na pós-graduação. Se você me perguntar se a mudança valeu a pena, digamos do ponto de vista elitista, a resposta é não. Antes selecionavam o pessoal, faziam uma série de exigências; mas do ponto de vista mais amplo, penso que foi muito bom, democrático, porque abriu mais a Universidade a todos os formandos. Cultura é muito isso, algo que se abre ao coletivo. Nada impede alguém de ser um grande professor, mas é importante oferecer caminhos também para aqueles que tiveram uma formação menos aprimorada. Em termos de democratização do ensino, repito, foi bom e não houve realmente uma perda de qualidade: aumentou a quantidade, mas a qualidade antiga se manteve em muitos casos.

*“Enfim, acho que era um pouco diferente de hoje. Agora você já não se empenha tanto na graduação porque sabe que ela já não leva a muita coisa. É uma pena.”*

**INFORME – Aqui na Faculdade se fala muito nisso, que os alunos não se empenham tanto na graduação e acabam levando isso para o mestrado, tentando resolver sua defasagem aí.**

**MCMP** – Não sei. É essa história de você ter agora alunos diferenciados de uma outra maneira. Veja bem, quando entrei na faculdade, creio que eram 50 vagas, ou 40. Daqueles que fizeram o exame vestibular, passaram 31, e ponto, parou aí. Era um outro tipo de seleção. Você tinha que obter pelo menos a média cinco (5.0), e não importava se não se preenchessem todas as vagas. Hoje em dia, não. Há os excedentes porque a clientela aumentou, eles ficam fora ou entram numa nova chamada. E, na verdade, você se empenhava bastante na graduação porque a maioria, inclusive eu quando entrei, pensava em dar aula no secundário e, para isso, você precisava de uma boa graduação. Se você pensar bem, um professor no curso secundário do Estado, naquela época, ganhava mais ou menos tanto quanto nós em início de carreira aqui na Universidade. Hoje, há uma disparidade muito grande, mas naquela época o ordenado era praticamente a mesma coisa e você ficava pensando se valia mesmo a pena dar aula na universi-

dade. Eu, por exemplo, comecei em 1966 sem ganhar nada, depois arranjam uma verba especial, mas o que eu recebia, em tempo parcial, não era tanto assim. No secundário, trabalhava-se mais, só que a remuneração era melhor. Então, havia prós e contras. Mas penso que por isso a gente se empenhava tanto na graduação, porque a saída para nós era o secundário, que não tinha tido essa queda violenta que teve depois. É claro que gostei muito de ser professora universitária, mas demorei um bom tempo até largar de vez o secundário. Enfim, acho que era um pouco diferente de hoje. Agora você já não se empenha tanto na graduação porque sabe que ela já não leva a muita coisa. É uma pena.

**INFORME – A senhora poderia contar um pouco da sua experiência como docente aqui na USP?**

**MCMP** – Foi um aprendizado bastante rico. Uma experiência muito boa em termos de contato com os alunos; você é mais moço e tem, então, uma abertura maior para o jovem. Gostei muito da minha experiência como professora aqui. Mas acho que, de maneira geral, aquilo que realmente se precisava fazer, era mesmo a correção de rumos, abrir os cursos. E isso foi feito. Contudo, talvez fosse preciso recuperar ou preservar, dentro do esquema democrático, um nível que era mais característico dos grupos menores.

*“Comecei a pensar na possibilidade de fazer alguma coisa diferente, e não repetir aquelas teses todas sobre autores franceses que, sim, interessavam a alguns, mas talvez não interessassem tanto à nossa realidade.”*

**INFORME – A senhora trabalhou bastante com a Literatura Comparada, estudando a Literatura Brasileira e a Literatura Francesa...**

**MCMP** – Isso é uma coisa interessante. Na verdade, as minhas escolhas, no último ano, foram o Francês e o Italiano, disciplinas em que eu me especializei. Mas sempre gostei muito da Literatura Brasileira. Até hoje pergunto por que não fiz Literatura Brasileira e acabei em Italiano. Acho que gostava do professor, que era muito aberto e isso contrabalançava a postura dos franceses. Na graduação, fui aluna do professor Bonzon, suíço de nascimento, mas que, se não morava em Paris, passava lá boa parte de sua vida. Havia uma certa rigidez em sua maneira de ser e ensinar – 1968 estava ainda distante! –, e o curso de Italiano me libertava disso. Foi bom: o professor Betarello marcou nosso grupo. Entre nós, por exemplo, estava o então colega Alfredo Bosi, que também optou por Italiano e, se não me engano, Literatura Brasileira...

**INFORME – A Literatura Comparada, então, surgiu como uma forma de conciliar estes dois interesses, pelas Literaturas Brasileira e Francesa?**

**MCMP** – A Literatura Comparada surgiu um pouco disso, exatamente porque eu me dividi entre as duas coisas. Hesitei entre a Literatura Brasileira e a Italiana, mas, no caso, prevaleceu apenas o atrativo das teorias dos italianos. Fui sempre uma grande leitora, desde pequena lia adoidado tudo o que aparecia, Monteiro Lobato, José de Alencar... o que eu podia ler, eu lia. Comecei a pensar na possibilidade de fazer alguma coisa diferente, e não repetir aquelas teses todas sobre autores franceses que, sim, interessavam a alguns, mas talvez não interessassem tanto à nossa realidade. Sobre autores franceses e brasileiros, houve na área uma tese de Literatura Comparada anterior, a de Maria Alice Faria, falando de Musset e Álvares de Azevedo; em Inglês, a de Onédia Célia de Carvalho Barbosa, sobre Byron no Brasil. A minha, estudando Alencar e Chateaubriand, talvez tenha sido a primeira de um professor do próprio curso de Francês. E meu trabalho estava ligado justamente às minhas leituras de criança, de adolescente: ele uniu duas paixões.

**INFORME – Gostaria que a senhora comentasse também o seu contato com a Literatura Africana de língua francesa. Como foi a descoberta dessa literatura?**

**MCMP** – Estive na Costa do Marfim, na cidade de Abidjan que, sem ser a capital, é a mais importante. Convidada em 1999 e em 2000 pela leitora brasileira Maria José dos Santos, que foi nossa aluna de Francês na USP, pude discutir com meus colegas africanos questões relativas a nossas culturas e a nossas áreas, de aulas e mesmo um curso de Literatura sobre o Romantismo brasileiro. Como paisagem, a África me apaixonou; como experiência didática, colocou-me diante de jovens estudantes ávidos de saber, particularmente interessados pelo Brasil e falando português muito melhor do que aqui se fala, por exemplo, o francês nos cursos universitários. Alguns deles vieram para cá com bolsas do nosso governo. Outros chegaram e chegaram a fazer o doutorado conosco. Infelizmente, lutas políticas dificultaram um intercâmbio mais constante, mais regular. Do meu lado, tive uma orientanda que esteve na Costa do Marfim e trabalhou com o professor Lézou, também meu amigo. Seu doutorado, em março deste ano de 2008, tratou de um dos livros mais conhecidos de Ahmadou Kourouma, *Les soleils des indépendances*. Esse trabalho de Maria Suzana Moreira é bem uma amostra do que se pode descobrir na cultura africana.

**INFORME – E como veio a decisão de se aposentar? A senhora se aposentou em que ano?**

**MCMP** – Eu me aposentei na compulsória. A “decisão” não foi uma decisão, por lei fui forçada a tomá-la. Saí em junho de 2005, um pouquinho antes de completar 40 anos de serviço como professora contratada e, depois, efetivada. Gostei muito de trabalhar como trabalhei e com o que continuo trabalhando. Tanto que

*“A USP deve-se voltar mais para a comunidade, dar mais apoio à escola pública para que se consiga formar alunos com um bom nível e a Universidade venha a cumprir integralmente seu papel.”*

ainda oriento e eventualmente dou aula.

**INFORME – A FFLCH está prestes a completar 75 anos, em 2009. Eu gostaria de saber quais seriam os seus desejos para a Faculdade em seus próximos anos.**

**MCMP** – Acho que uma das coisas importantes, que você deve ter observado no que falei, é a idéia de abrir a Universidade. Acho que é isso o que se deve fazer: abrir a Universidade. Não significa baixar o nível, não é nada disso. Devemos manter esse nível, mas realmente levar a Universidade para todos. O meio para isso é a reforma de todo o nosso ensino, não podemos continuar com a defasagem enorme entre a escola primária e secundária e a universidade. Há um fosso entre os dois tipos de ensino, salvo quando se trata das escolas privilegiadas, que são algumas boas escolas particulares e raríssimas oficiais.

É fundamental que a Universidade cada vez mais se abra. Então, nesse sentido, penso que foi bom, por exemplo, a USP Zona Leste. Temos de seguir esse caminho, mas pensando naquilo que, da nossa

parte, entraria nos serviços à comunidade. A USP deve-se voltar mais para a comunidade, dar mais apoio à escola pública para que se consiga formar alunos com um bom nível e a Universidade venha a cumprir integralmente seu papel. Somos professores, pesquisadores, mas temos também que prestar serviços à comunidade; um desses serviços seria aumentar o contacto com a escola pública, procurando sua melhoria, o que, a longo prazo, também reverteria em benefício para os candidatos que se inscrevem nos vestibulares da Universidade.

A Universidade só será uma universidade realmente aberta quando ela puder alcançar a todos os estudantes. O ideal (não posso entrar em detalhes porque não conheço o assunto em profundidade, apenas seus resultados) seria atingir aquele pico da escola francesa. Quem entra na universidade francesa e realmente se sai bem? Os alunos da escola pública. O que a gente precisa é, pois, de uma boa escola pública, isso é que traz depois os bons professores e professores saídos de diferentes camadas sociais.

No meu tempo de estudante já o primário estava muito ruim, então cursei uma escola particular, mas quando chegou o ginásio e, mais tarde, o colegial, fui para a Caetano de Campos, que tinha, inclusive, concurso. Eram 80 vagas para 200 candidatos. O que se tem de fazer é aprimorar nossa escola. Entrei com facilidade na Caetano de Campos e dela para cá, para a USP, também facilmente, não houve problema algum. Que se iluminem os caminhos desde o início e o nível será outro, e crescerá o direito de optar pelo ensino superior. É isso o que eu desejaria para a Universidade.

## PROF. VICTOR KNOLL (DF)

POR PRISCILLA VICENZO DA SILVA

**INFORME – O senhor poderia contar como foi seu ingresso na Faculdade? Como era o processo de seleção na época?**

**Victor Knoll** – Prestei o vestibular para o Departamento de Filosofia em 1958. Naquela ocasião, o Departamento oferecia 30 vagas para cada período. Prestei o exame para o noturno. Somente 9 alunos ingressaram naquele ano. Naquela época, o vestibular não era um exame de seleção, mas de habilitação. A diferença fundamental é a seguinte: no exame de seleção todas as vagas ofertadas são preenchidas mediante uma clas-

sificação, mesmo que o candidato obtenha uma nota inferior a 5; por outro lado, no exame de habilitação ingressavam na Faculdade somente os aprovados, isto é, que obtiveram nota igual ou superior a 5. Portanto, podia ocorrer que nem todas as vagas fossem preenchidas. Somente os habilitados as preenchiam. O Departamento podia oferecer 30 ou 60 vagas, mas se somente 10 fossem aprovados, considerados habilitados para acompanharem os cursos, só entravam aqueles 10. Não tenho presente a data exata, mas creio que isso se deu a partir do início dos anos 1970, quan-

do o exame vestibular passou a ser de seleção: todas as vagas passaram a ser preenchidas pela seleção feita pela classificação das notas dos candidatos. Isso significou uma diferença brutal no recrutamento do pessoal discente, com efeitos sobre a qualidade dos cursos – sobretudo dos cursos do primeiro ano. Não sei se essa diferença de qualidade foi sentida também em outras Unidades, mas, aqui, entre nós, foi marcante. Dei um curso de primeiro ano, não estou certo se foi em 1970 ou 1971, e senti a diferença com o curso que dei em 1965.

Quanto ao vestibular, ainda outro ponto que também deve ser lembrado: naquela época, calculo que até cerca de 1970, o vestibular era feito pelo próprio Departamento. Cada Departamento fazia o seu vestibular. E no caso do Departamento de Filosofia, o programa para o vestibular contava com duas listagens: uma de História da Filosofia, que ia desde os pré-socráticos, desde o alvorecer da Filosofia na Grécia, até as manifestações filosóficas do século XIX e começo do século XX; e havia uma segunda listagem de temas filosóficos. Além disso, havia um exame de português e outro de uma língua estrangeira, francês ou inglês, que o candidato escolhia.

Era um vestibular bem diferente em relação ao que é feito hoje. Os alunos, tanto de Letras, como de Filosofia e Ciências Sociais, já ingressavam no primeiro ano pelo menos com um certo verniz relativo à disciplina de interesse. Essas minhas lembranças não se constituem em crítica à Fuvest; creio que ela faz um vestibular bem feito dentro de determinada concepção de ensino superior. Mas, não tenho dúvida, a mudança do exame de habilitação para o de seleção e o fato de não serem mais os Departamentos os responsáveis pelo vestibular, esses dois pontos marcaram uma diferença no modo como os cursos passaram a se desenvolver. Não sou saudosista, não pense que estou querendo dizer que “no meu tempo era melhor”, mas de fato, o aluno desse tempo já ingressava com um certo conhecimento, pelo menos já com um certo vislumbre de como os estudos eram desenvolvidos, etc. Isso permitia um primeiro ano já “um pouco melhor”, com um tratamento já um pouco mais aprofundado.

Em relação ao vestibular, outro ponto que deve ser lembrado é o seguinte: havia uma prova escrita e outra oral. Para o exame escrito era sorteado um ponto da listagem de temas filosóficos e o aluno devia escrever uma dissertação. A prova oral contava com três membros na banca, e todos os alunos passavam pelos três

membros. Portanto, era uma filtragem muito rigorosa. O candidato passava por um professor que examinava História da Filosofia, e depois por um segundo que examinava os temas filosóficos, e por fim passava por um terceiro que fazia uma entrevista – quais os interesses intelectuais, os livros que leu, o autor com o qual mais se identificava e assim por diante. Veja, então, que a filtragem era muito rigorosa e o exame tinha esse caráter de ser de habilitação e não de seleção.

#### **INFORME – E como se deu sua opção pela Filosofia?**

**VK** – Desde os meus 16, 17 anos eu alimentava a fantasia de me tornar um escritor, escrever romances e coisas que tais. Coisas da adolescência. Então me aproximei da Literatura Alemã, na qual poetas e romancistas tinham uma bagagem filosófica muito grande. Não sei como explicar essa aproximação. Creio que foi obra do acaso. Mas, por força dessa aproximação, dei-me conta de que eu precisaria estudar Filosofia para fazer um trabalho como escritor. Foi isso o que me motivou a fazer Filosofia.

O meu interesse esteve sempre voltado para as artes, em especial a Literatura e as Artes Plásticas. E nessa vertente meio germânica, a Filosofia aparecia como uma experiência teórica e intelectual fundamental. Claro que, após fazer o vestibular e ingressar no Departamento como aluno, o sonho adolescente foi se dissolvendo e acabei seduzido pela Filosofia, embora sempre voltado para as questões ligadas à arte.

#### **INFORME – Como era estruturado o curso de Filosofia?**

**VK** – O Departamento contava então com duas cátedras, a de Filosofia, assumida pelo professor Cruz Costa, e a de História da Filosofia, assumida pelo professor Lívio Teixeira. A cátedra de Filosofia se subdividia em disciplinas como Introdução à Filosofia, Lógica, Filosofia Geral, Ética e Estética. A de História da Filosofia se dividia em História Antiga e Moderna. Este era o currículo do curso de Filosofia.

Aqui cabe lembrar um outro ponto, também de muito interesse: nessa época, não existia o Departamento de Psicologia. Isso quer dizer que as pessoas que tinham interesse em Psicologia faziam Filosofia, porque era no Departamento de Filosofia que se podia obter uma formação em Psicologia. Ao lado das disciplinas que eu já citei, integravam o currículo do Departamento de Filosofia as seguintes disciplinas: Introdução à Psicologia, Psicologia Diferencial, Psicologia Social, Psicologia da



“... fiz *Estética com Gilda de Mello e Souza e História da Filosofia com o Prof. Lívio Teixeira* – aliás, o primeiro curso sobre Hegel dado no Departamento. Fiz também uma disciplina fora, em Letras, que foi o primeiro curso que o professor Antonio Candido deu, em 1961. Foi quando foi instaurada a disciplina de *Teoria Literária*.”

Personalidade e Psicologia Gestáltica. Portanto, como você vê, o Departamento de Filosofia não só formava os alunos interessados em Filosofia como também

os candidatos a Psicólogo. O que, aliás, era muito bom, pois propiciava para o futuro Psicólogo um terreno intelectual mais sólido.

Havia ainda um curso de Introdução à Sociologia, dado por um professor das Ciências Sociais, que naquela ocasião era um Departamento que abrigava a Sociologia, a Antropologia e a Política.

Mais adiante, creio que em 1970, quando foi criado o Departamento de Psicologia – só mais tarde viria o Instituto de Psicologia –, o curso de Filosofia passou a manter apenas a disciplina de Introdução à Psicologia.

Gostaria também de lembrar, para deixar devidamente registrado, que na estrutura curricular que então existia, o aluno, quando chegava ao quarto ano, tinha que cursar novamente duas disciplinas ou fazer uma das disciplinas em outro Departamento. O aluno tinha toda liberdade para escolhê-las. Representava uma espécie de aperfeiçoamento de seu interesse intelectual. Portanto, até o terceiro ano dávamos conta de todas as disciplinas, filosóficas e psicológicas, e no quarto ano devíamos escolher duas disciplinas para repetir. Note que os cursos não eram sempre os mesmos, eles mudavam. O professor Lívio Teixeira, por exemplo, num ano dava Platão, noutro Aristóteles, noutro Espinosa, noutro Kant. Ou seja, o aluno repetia a disciplina, mas não estudava o mesmo assunto.

Como matérias repetidas eu fiz *Estética com Gilda de Mello e Souza e História da Filosofia com o Prof. Lívio Teixeira* – aliás, o primeiro curso sobre Hegel dado no Departamento. Fiz também uma disciplina fora, em Letras, que foi o primeiro curso que o professor Antonio Candido deu, em 1961. Foi quando foi instaurada a disciplina de *Teoria Literária*.

Quando fiz o vestibular eu já era muito amigo do Maurice Capovilla, que a seguir passou a se dedicar ao cinema, do Mariano Carneiro da Cunha, que se converteu num professor de História das Religiões, hoje já falecido e que era uma pessoa excepcional. E nós fizemos juntos esse curso do Prof. Antonio

Candido. Desse curso resultou aquele volume sobre a personagem editado primeiro pela Faculdade em seus Boletins e depois pela Perspectiva, reunindo as exposições de Anatol Rosenfeld, que fez uma abordagem teórica da personagem, Décio de Almeida Prado, que tratou da personagem no teatro, Paulo Emílio Salles Gomes no cinema<sup>1</sup>. E também, é claro, houve o seminário do próprio prof. Antonio Candido sobre a personagem no romance.

Mas quero, aqui, fazer um parêntese. O Departamento de Filosofia manteve – creio que até meados dos anos de 1980 – uma relação muito estreita com o mundo universitário francês. Mas não quero insistir sobre esse ponto. Ultimamente se tem falado muito sobre o papel dos franceses na formação dos Departamentos de Filosofia e Ciências Sociais. No que importa à disciplina de Estética, em 1968 – se não estou enganado –, Jean Galard veio integrar a disciplina e desde então nos tornamos muito amigos. Ainda hoje nos encontramos de vez em quando, porém mantemos uma constante correspondência.

Mas, voltando ao que estava dizendo, essa relação com os franceses desde a fundação da Faculdade fez com que o Departamento de Filosofia incorporasse de maneira radical a orientação acadêmica francesa na maneira de conduzir os cursos e a pesquisa filosófica. Daí, seja como aluno do Departamento, seja como bolsista em Paris, toda minha formação foi feita nos moldes franceses. Somente por volta de meados dos anos de 1980 o Departamento se abriu para os Estados Unidos, Alemanha, Itália, o que, aliás, foi muito salutar. Mas a tradição francesa permaneceu, o que foi também salutar.

#### **INFORME – E quais eram os seus principais interesses na Filosofia?**

**VK** – Logo no terceiro ano de faculdade, o professor Cruz Costa me encorajou a dar mais atenção aos estudos de Estética porque, segundo ele, mais adiante seria necessário contratar alguém para ajudar a professora Gilda de Mello e Souza, que era quem cuidava da disciplina. Isso veio direto ao encontro de meus interesses. Estética era a disciplina que eu mais gostava, pela qual eu tinha mais zelo. E com esse encorajamento do professor Cruz Costa, procurei me empenhar de uma forma ainda mais acentuada, de

<sup>1</sup>A *personagem de ficção*, boletim nº 284 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, depois, integrante da Coleção Debates, nº 1, da Editora Perspectiva.

modo que, quando me formei, logo no ano seguinte, em 1962, comecei a fazer seminários para a dona Gilda. Ela dava um curso expositivo, crítico-histórico, e eu fazia para ela os seminários sobre as vanguardas, o Expressionismo, Surrealismo, Dadaísmo, Cubismo, pintura metafísica e assim por diante.

Naquela ocasião, ingressei no Departamento como “instrutor extranumerário”. Tal era a figura jurídica de um recém-formado que ingressava no corpo docente da Faculdade. Creio que a maioria do pessoal de minha geração, no primeiro passo da carreira, ocupou esse cargo. Conforme a sua designação, não recebia salário, *pro-labore* ou qualquer outra forma de pagamento. Depois de um ou dois anos, em alguns casos até três anos, éramos contratados como “assistentes”. E em muitos casos, em tempo parcial. Somente depois de alguns anos passávamos para o tempo integral. Hoje, isso é algo impensável. Mas, para boa parte das pessoas que depois seguiram carreira, ou mesmo para a maioria, o passo inicial foi esse.

No fim desse primeiro ano como instrutor, ganhei uma bolsa do governo francês e fui para Paris, onde fiquei por dois anos. Isso foi em 1962. Freqüentei, portanto, a velha e boa Sorbonne, e não a Sorbonne depois de 1968, quando foi totalmente modificada, reestruturada e ganhou um novo perfil. Naquele tempo, a licença de um curso de Filosofia na Sorbonne constava de quatro certificados que deveriam ser feitos pelo aluno. Um deles podia ser, por exemplo, História da Filosofia Antiga, um outro, História da Filosofia Moderna, um outro, Metafísica, um outro, Ética. E também havia uma disciplina com o nome de Estética e Ciência da Arte. Eu fiz essa disciplina, que equivalia a um quarto da licença francesa. Naquela época, na Sorbonne, os alunos faziam apenas uma disciplina por ano. Raríssimo o caso de um aluno que conseguisse fazer duas disciplinas. A disciplina de Estética e Ciência da Arte tinha cerca de 15 horas semanais: tinha um curso expositivo, um curso de análise de obra, um curso de Psicologia da Arte e ainda um outro de caráter monográfico. O curso expositivo, naquela ocasião, foi dado pelo professor Jean Grénier, que depois – no ano seguinte – se converteu em meu orientador.

Pouco antes de eu seguir os cursos de Estética, o grande professor da disciplina naquela ocasião era Etienne Souriau. Mas ele passou por um momento muito delicado, com problemas de saúde, e teve de se afastar. Na verdade, acho que ele nem chegou a voltar. O Grénier ocupou o lugar dele na Sorbonne.

### **INFORME – Esse curso na Sorbonne envolvia Literatura, Artes Plásticas?**

**VK** – Era mais voltado para as Artes Plásticas. De

resto, quem tivesse interesse por Literatura seguia os cursos de Letras.

No meu primeiro ano em Paris fiz aquele certificado de Estética e Ciência da Arte, e no segundo fiz o mestrado. Aqui entre nós estava ainda se implantando o mestrado, havia só o doutorado. E mesmo o doutorado era um acontecimento. Não era como hoje, que há cinco por dia. O que fiz na França neste segundo ano era o que se chamava de “diploma de estudos superiores”, que era uma dissertação que ficava entre a licenciatura e o doutorado. Ocupava, portanto, justamente esse nicho do mestrado. E eram trabalhos didáticos, nos quais não se exigia originalidade ou que a pessoa trouxesse novidade teórica ou crítica para a área, como é o mestrado. Fiz esse trabalho sob orientação do Grénier e versava sobre questões de método na abordagem da obra de arte na Estética francesa contemporânea: trabalhei sobre os textos de Sartre, Camus, Souriau, Francastel, Malraux, Dufrenne e Valéry. A preocupação era a de mostrar como cada autor fundamentava o tratamento da obra de arte e, também, havia o propósito de mostrar as possíveis relações entre eles.

Quando retornei ao Brasil estava se dando a implantação do mestrado, e esse trabalho que eu havia feito na Sorbonne foi reconhecido aqui como tal. Talvez eu tenha sido um dos primeiros a obter este título entre nós.

### **INFORME – E quais foram suas atividades na Faculdade após sua volta ao Brasil?**

**VK** - Retornei em fins de 1964 e logo em seguida fui contratado como assistente da professora Gilda de Mello e Souza. E aí, sim, com o devido salário! Gilda me apoiou no ingresso do Departamento e logo depois nós nos tornamos amigos muito próximos. Tive o privilégio de desfrutar a amizade da Gilda.

De qualquer modo, nesses primeiros tempos, eu continuei fazendo seminários para a Gilda. Apenas alguns anos adiante passei a ganhar uma certa autonomia. Isso em pleno acordo com a Gilda, porque em certo momento nós definimos a orientação da disciplina: ela se ocuparia de questões mais ligadas à história e à crítica, e eu passaria a dar conta da parte teórica. Então, nós nos completaríamos. E foi preci-

*“Quando retornei ao Brasil estava se dando a implantação do mestrado, e esse trabalho que eu havia feito na Sorbonne foi reconhecido aqui como tal. Talvez eu tenha sido um dos primeiros a obter este título entre nós.”*

samente a partir desse momento que começou o meu interesse pela Filosofia hegeliana. E eu nunca mais abandonei os estudos ligados a Hegel.

Essa minha relativa autonomia só começou a se dar pelos anos 1970. Foi precisamente nessa época que se deu uma grande alteração na estrutura da Faculdade de Filosofia. A Faculdade se chamava Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da qual faziam parte também os departamentos de Química, Matemática, Geologia, Psicologia e outros, que depois viraram Institutos. Foi em 1970 que houve essa separação. E então foi reformulado o nome da Faculdade, passando a se chamar “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas”. O Departamento de Letras também foi desdobrado. Antes havia só Línguas Neolatinas, Línguas Clássicas e Línguas Germânicas.

Eu fiz parte da primeira Congregação dessa nova etapa, em 1970, como representante dos mestres. Faziam parte da Congregação só os professores titulares, e tinha um representante de cada categoria, um representante dos livre-docentes, outro dos doutores, e ainda outro dos mestres, e também uma representação estudantil, e não me lembro se havia representação de funcionários, mas posso estar enganado. Na ocasião, o diretor da Faculdade era o saudoso professor Eurípedes Simões de Paula, que faleceu de forma trágica alguns anos depois. Ele foi atravessar a Rua da Consolação e olhou só para um lado, e foi atropelado por um desses ônibus que correm junto à calçada.

**INFORME – O senhor fez seu doutorado sobre o Mário de Andrade. Como se deu essa pesquisa?**

**VK** – Quando fiz a graduação, fiquei muito empolgado com um curso de Gilda, em 1961, sobre Mário de Andrade. Nesse curso ela procurou organizar o pensamento estético de Mario de Andrade. E Gilda conhecia a obra de Mário de Andrade a fundo. No curso ela procurou mobilizar diferentes momentos da obra do autor, seja na Antropologia, na Crítica Literária, na Crítica Musical, nos textos teóricos, e dessa maneira estabelecer ou organizar o seu pensamento estético. Como disse, esse curso me empolgou muito e ficou guardado na memória. E então, em 1970, quando se colocou a necessidade de escolher um tema ou um autor para o doutorado, a figura de Mário de Andrade veio novamente à tona. Assim, com o apoio de Gilda e de sua orientação procurei fazer um trabalho sobre a obra poética de Mário de Andrade. Estritamente sobre a obra poética. Mas, é claro, recorri a outras partes

da obra do autor na medida em que interessassem para elucidar a obra poética. O propósito era fazer uma espécie de painel do imaginário presente na obra poética de Mário de Andrade.

Passei o doutorado em 1975. E então comecei a orientar pesquisas de mestrado e doutorado. Em 1975 estávamos ainda num momento de formação dos cursos de pós-graduação – se assim posso dizer –, de modo que todo recém-doutor já era credenciado para orientar tanto mestrado quanto doutorado. Já nos anos de 1980 a situação era outra e para orientar doutorado o professor tinha de orientar primeiro um certo número de mestrados.

De resto, cheguei a exercer alguns cargos administrativos, para os quais nunca tive a menor vocação. Mas houve momentos em que fui obrigado a participar de comissões. Por um certo tempo voltei a frequentar a Congregação. Mas de um compromisso administrativo consegui me safar sempre: da chefia do Departamento. O máximo que cheguei a assumir foi o de ser vice. O trabalho administrativo, evidentemente necessário, nunca me interessou. Ainda bem que a Faculdade sempre contou com pessoas aptas para lidar com esse tipo de atividade.

**INFORME – Há alguma mudança ocorrida depois desse período que o senhor destacaria?**

**VK** – Eu diria que dos anos 1980 para cá somente dois pontos merecem ser salientados. Um deles foi o desdobramento do departamento de Ciências Sociais, subdividido em Sociologia, Ciência Política e Antropologia, a exemplo do que já tinha ocorrido com os departamentos de Letras. Um outro ponto, e esse sim causou, na época, grande polêmica, muita discussão e muita briga. Foi uma tentativa de se desmembrar a Faculdade em Institutos. Isso foi entre 1988 e 1990, ocupou cerca de dois anos, havendo muita discussão e mobilização. Houve uma polarização muito forte dos dois lados, e por fim a posição dos não-separatistas acabou por prevalecer. Mas afora estes dois casos, não me ocorre outro evento que tenha interesse para a memória da Faculdade.

De minha parte, depois de 38 anos de trabalho no Departamento de Filosofia me aposentei em 2002. Mas continuei com alunos de pós-graduação. Hoje, passados seis anos, ainda tenho orientandos em fase final de suas pesquisas. E para o próximo semestre pretendo abrir vagas para eventuais candidatos à pós-graduação.

## EVENTOS

### “A UNIVERSIDADE EM DISCUSSÃO” – 3ª EDIÇÃO

POR LAÍS LUCAS MOREIRA

Em 29 de julho, terça-feira, das 15 às 16 horas, o Serviço de Comunicação Social da FFLCH/USP realizou a terceira edição de sua série de programas que tratam questões acerca da Universidade e sua estrutura.

O formato consiste, basicamente, em uma hora de duração, na qual são levantados diversos pontos a respeito da temática em questão. O programa conta ainda com a presença de três professores da Faculdade, sendo um debate entre dois deles, intermediado por um terceiro.

Nessa edição, abordou-se “O docente e a pesquisa” e os convidados a fazerem considerações sobre o assunto foram o Professor José Carlos Estevão, do Departamento de Filosofia e a Professora Elizabeth Balbachevsky, do Departamento de Ciência Política, sempre com o intermédio do Professor Gabriel Cohn, também do Departamento de Ciência Política.

O programa poderá ser conferido no site do IPTV/USP ([www.iptv.usp.br](http://www.iptv.usp.br)), após breve edição e, posteriormente, na Sala de Imprensa do site da própria FFLCH. Até o fim do ano de 2008, o Serviço pretende realizar ainda mais duas edições do programa, fechando um total de cinco debates.

Abaixo, um breve histórico das atividades dos participantes:

#### **Prof. José Carlos Estevão**

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1975), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1995). É professor do Depto. de Filosofia da Universidade de São Paulo, membro fundador do Centro de Estudos de Filosofia Patrística e Medieval de São Paulo (CEPAME - 1992) e membro da comis-

são de Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia Medieval.

#### **Profa. Elizabeth Balbachevsky**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1981), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1995). É livre-docente pelo Depto. de Ciência Política da Universidade de São Paulo, foi “Fulbright Scholar” no Programa “New Century Scholars”, integra a rede internacional de pesquisa “The Changing Academic Profession” - CAP Project e participa da Rede Latino-Americana de Políticas Regionais. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Análise de pesquisas de opinião, políticas de C,T&I e políticas de ensino superior.

#### **Prof. Gabriel Cohn**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1964), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1967) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1971). Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma Universidade e membro do Conselho Deliberativo do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Fundamentos da Sociologia.

# XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE LITERATURA COMPARADA NA FFLCH/USP

POR GUSTAVO DAINEZI

O Congresso, realizado pela ABRALIC – Associação Brasileira de Literatura Comparada – reuniu 3000 pessoas na USP entre os dias 13 e 17 de julho. Englobou 82 simpósios, além de duas grandes conferências diárias acompanhadas por diversas mesas-redondas. Seu tema foi: *Tessituras, Interações, Convergências*.

O tema geral do XI Congresso assegurou um espaço para reflexões e discussões sobre as relações entre literaturas, artes e saberes em diferentes direções e modalidades, a partir da perspectiva do atual mundo globalizado e das diversas cartografias literárias, decorrentes das relações políticas entre países e comunidades específicas.

A presidente da ABRALIC, Profa. Dra. da USP Sandra Margarida Nitri, em sua fala de abertura no Congresso, manteve uma postura positiva quanto ao seu campo científico: “A Associação Brasileira de Literatura Comparada, reconhecida nacional e internacionalmente, como a maior associação científica que reúne estudiosos de literatura no Brasil, tem atuado com sucesso para o desenvolvimento da Literatura Comparada, cumprindo com eficiência o primeiro dos objetivos expostos no seu estatuto: incentivar e apoiar o ensino da Literatura Comparada na Graduação e na Pós-Graduação. A cada ano que passa aumenta de modo considerável o número de pesquisadores, docentes e pós-graduandos em participarem de seus Encontros Regionais e Congressos Internacionais, o que os torna verdadeiros mega-eventos. O desafio para as diretorias que se sucedem é o de fazer todos os esforços para que a qualidade acadêmica seja mantida na mesma proporção que o crescimento de número de participantes. Cerrar as fileiras por uma política de produção acadêmica qualitativa constitui um dos princípios norteadores do programa de nossa gestão, que nos levaram a propor para este Congresso algumas mudanças para os critérios de organização dos simpósios”.

Sobre a ABRALIC, o diretor da FFLCH, Prof. Dr. Gabriel Cohn disse: “A ABRALIC é uma dessas entidades que consegue estabelecer laços entre várias áreas de conhecimento e com foco bem definido, algo notável e que certamente se fará presente nos trabalhos que se realizarem neste encontro”.

## As Conferências

Alfredo Bosi e Fredric Jameson foram os conferencistas do primeiro dia. O primeiro falou a um auditório completamente lotado sobre “As máscaras do narrador machadiano”. O segundo, o maior crítico norte-americano da atualidade, discorreu também para considerável platéia sobre “Realismo e afeto”.

A vida e a obra de Antonio Candido, fundador da Área de Teoria Literária e Literatura Comparada na USP, constituiu o tema da conferência de Walnice Nogueira Galvão. Cristóvão Tezza e Martin Kohan, escritores e professores universitários, também estiveram entre os conferencistas, além de Ismail Xavier, reconhecido crítico de cinema.

O programa de conferências se completou com a participação de Tiphaine Samoyault, professora do Departamento de Literatura Comparada da Universidade de Paris VIII, também escritora e crítica literária e de Henry Schwarz, da Georgetown University.

## Mesas-Redondas

Machado de Assis, Graciliano Ramos, Pe. Antônio Vieira, Mário de Andrade e Osman Lins foram temas de mesas redondas compostas por docentes brasileiros e estrangeiros, sempre na perspectiva da Literatura Comparada. Muitos outros assuntos relevantes para os estudos literários, comparatistas e culturais também foram contemplados: tradução, arquivo, cinema e literatura, crítica cultural e política na América Latina, entre outros.

## XV ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS – A VISÃO DE QUEM ESTEVE LÁ

POR LAÍS LUCAS MOREIRA

*De 20 a 26 de julho, a Universidade de São Paulo recebeu geógrafos de todas as regiões do Brasil, de aspirantes a personalidades, motivados pela mesma razão: a 15ª edição do Encontro Nacional dos Geógrafos. Em entrevista ao INFORME, cinco estudantes do Rio de Janeiro contam como foi a experiência de se deslocarem até São Paulo e o conhecimento agregado com isso.*

- Pô, devia ter quase uns 5 mil!
- Não, imagine, acho que menos.
- É, talvez não tivesse tudo isso, mas eu ouvi dizer que teve um dia que chegou nisso!

Essa foi a conversa traçada entre o grupo quando perguntados a respeito de uma estimativa do número de participantes do evento cujo tema foi “O espaço não pára. Por uma AGB em movimento”. Para Christiane Catalão, Alan Pacífico, Felipe Sodré, Juliana Silva e Clarisse Müller, todos da PUC/RJ, foi um prazer ter vindo até São Paulo para o Encontro. Aliás, ao falarem da experiência, eles se complementam dizendo que ter conhecido a cidade, o pessoal e a troca de experiências com outras regiões, a apresentação de trabalhos, os olhares e culturas diferentes, a geração de discussões e de olhares específicos foram aspectos que fizeram com que a viagem valesse a pena.

Quanto às palestras, a expressão “muito boas” foi unanimidade. Disseram que houve discussões muito produtivas a respeito da geografia brasileira; falaram da oportunidade que tiveram de conhecer importantes autores - o que não acontece nas Faculdades e em eventos menores -, da participação do professor Aziz Ab’Saber e de outros ilustres de renome como o Professor Ariovaldo Umbelino e Luiz Carlos Molion. Pensando nisso, ainda, criticaram o fato de terem acontecido muitas palestras boas em horários que coincidiam, obrigando-os a ter de escolher uma ou outra.

Disseram que São Paulo, a cidade escolhida para sediar essa edição do evento, apesar de, por ser muito grande, dispersar os participantes, é bastante representativa em termos geográficos, além de ser a primeira cidade do país economicamente falando e ter fácil acesso a pessoas do Brasil todo por ser uma capital.

Quando perguntados sobre qual palestra achavam

ter sido a mais interessante, todos concordaram com Christiane, que fez referência a uma das mesas-redondas que aconteceram no anfiteatro da Poli, denominada “Para uma geografia do mundo contemporâneo”. De acordo com sua visão, os professores Rogério Haesbaert, Dirce Maria Antunes Suertegaray e Ana Fani Alessandri Carlos, que compuseram a atividade, fizeram uma ótima exposição do assunto.

Sugestões ou reclamações? Particularmente, Christiane, uma das autoras do Espaço de Diálogo e Prática “A sucessão ecológica em área de Mata Atlântica submetida a uso de roça na década de 1970 (Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, RJ)”, ocorrido no IME, diz que deveriam ter acontecido mais eventos culturais durante a semana e que não houve a infra-estrutura necessária (datashow) no momento de sua apresentação.

Além disso, os estudantes tocaram no ponto de que algumas atividades, como a de abertura e a de encerramento, eram muito distantes, chegavam a ser fora das dependências da Universidade. Isso dificultou o transporte e a participação de todos, já que nem sempre conseguiam se locomover de ônibus. Para eles, sabendo-se que era um Encontro Nacional e muitas pessoas viriam de fora, houve falha em não ter sido concedido um mapa da cidade a cada um.

Outro ponto levantado foi a questão do alojamento. De acordo com o que disseram, era previsto que houvesse alojamento para todos em escolas próximas à Universidade, porém, nem todos conseguiram espaço para suas barracas. De qualquer forma, criou-se, no próprio prédio da Geografia, um local onde estavam alocadas as barracas dos participantes que vieram de outros estados. Mas até isso foi encarado de maneira positiva. “Está ótimo, fizemos questão de ficar aqui. É mais uma representação do espaço, mais um contato com a geografia”, diziam eles.

Ainda que seja um grupo pequeno de pessoas que participaram do Encontro, não é difícil perceber que o evento terminou com saldo positivo. Durante toda a entrevista, era nítida a satisfação dos participantes com toda a experiência proporcionada pela vivência ainda fresca na mente dos estudantes. Desde a troca de perspectivas à programação, tudo para

eles foi de extremo proveito. Aliás, uma das queixas foi a de que gostariam de ter aproveitado mais.

A FFLCH e a USP sentem-se lisonjeadas por receberem um evento de tamanha relevância no universo acadêmico. Evento esse, que promove discussões, debates, gera novas formas de olhar e de pensar acerca de importantes assuntos que com-

petem às ciências humanas. Espera-se que ambas, a Universidade e a Unidade, possam ainda ser sediar muitos outros acontecimentos assim, uma vez que é nítido o desenvolvimento da área de conhecimento em questão. O INFORME, por sua vez, agradece aos cinco estudantes participantes da entrevista e aguarda seu retorno outras vezes à Universidade.

## EMBAIXADORES DA USP

POR LAÍS LUCAS MOREIRA

Em 01 de agosto, às 10h e às 14 horas, a FFLCH em conjunto com sua Comissão de Graduação, teve o prazer de receber, no Salão Nobre do Prédio da Administração, os Embaixadores da USP.

Os Embaixadores da USP são alunos que cursaram todo seu ensino médio em escolas públicas - e por isso recebem uma bonificação de 3% no vestibular -, ingressaram na Universidade através da FUVEST e agora, buscando motivar possíveis calouros, vão a escolas públicas explicando seu processo de ingresso, sua relação com a Universidade e esclarecendo possíveis dúvidas daqueles que desejam estudar na USP. Esses alunos recebem uma ajuda de custo que pode ser de R\$ 50 ou R\$ 100 reais, dependendo se a pessoa reside na

Capital ou no interior.

O Programa Embaixadores da USP existe desde 2006 e faz parte do Programa INCLUSP, cuja gestão é da Pró-Reitoria de Graduação. Seus resultados já têm se mostrado bastante significativos, uma vez que o número de ingressantes através dele só vem aumentando. Prova disso, são os alunos que ingressaram na própria Faculdade que, para se ter idéia, somam 66 na diferença do ano passado até hoje (foram 328 em 2007 e 394 em 2008).

Os interessados no Programa podem obter mais informações através da Comissão de Graduação no telefone 3091-4624 (com a Sra. Rose) ou da Assistência Acadêmica pelo telefone 3091-4759 (com os Srs. Renato ou Clóvis).

# ESPAÇO DO FUNCIONÁRIO

## SÉRIE: A FFLCH VISTA POR DENTRO

POR GUSTAVO DAINEZI

Esta série de reportagens tem por objetivo mostrar os diversos pontos de vista sobre a nossa Faculdade que convivem diariamente dentro dela. Para tanto, entrevistaremos todo mês um funcionário de uma área diferente.

A nossa primeira entrevista é com Francisco Teles Alves, do setor de Vigilância.

### INFORME – Como você entrou na FFLCH?

R: Em 1994, fiquei sabendo do concurso público

através da minha mãe, que trabalhava aqui na FFLCH, na área de limpeza. Prestei e passei. Até hoje sou vigia, mas desde 2006 atuo na chefia de segurança como supervisor.

### INFORME – Como é a sua função?

R: Devo tomar conta da vigilância e supervisionar os prédios e a atuação de nossa equipe.

### INFORME – Quais foram as suas primeiras im-

**pressões da FFLCH quando entrou aqui?**

R: Assim que entrei encontrei um ambiente bem legal, por isso estou aqui até hoje. Houve problemas, claro. Sempre há alguma chefia com a qual não nos adaptamos muito, mas isto aconteceu quando estava aqui há algum tempo já.

Os primeiros anos foram bons, mas nessa época os prédios davam muito trabalho. Por exemplo, o prédio de História e Geografia. Ele era todo aberto, então tínhamos dificuldades, porque, além de o prédio ser aberto, contava apenas com um vigilante.

**INFORME – O que acontecia?**

R: Qualquer pessoa poderia entrar no prédio, e entrava gente de todo tipo, autorizadas ou não. Para manter a segurança, posicionávamos o vigia na parte de cima do prédio, de forma que quando alguém fazia menção de subir a rampa de acesso, era parado pelo vigia que requisitava autorização, inibindo a entrada de pessoas que não tinham vínculo com a Faculdade. Mas era difícil controlar. Naquele prédio principalmente.

**INFORME – E hoje esta situação está melhor?**

R: Hoje o problema é o pessoal externo. Associado ao consumo de bebida alcoólica dentro do campus, que é proibido, este é o nosso maior problema. Esta situação acarreta problemas para nossa área, às vezes. Porque há muitos alunos que não entendem a situação e acabam dando força à situação, mantendo o pessoal de fora da Universidade aqui dentro.

**INFORME – Esse pessoal de fora a que você se refere seriam pessoas que entram na FFLCH para consumir bebidas alcoólicas?**

R: É o pessoal que não tem vínculo com a USP e acaba vindo consumir bebida. Não só para o consumo, como para atividades patrocinadas pelos Centros Acadêmicos. Quando essas pessoas ficam no espaço do Centro Acadêmico é mais difícil para nós podermos parar com o consumo. Há duas semanas tivemos que retirar três menores de idade que estavam lá dentro, um de cinco, um de seis e um de sete anos, em meio ao consumo de bebida alcoólica e atividades de jogo (snooker). Tentamos a via do entendimento para resolver a situação, e um aluno disse que se responsabilizaria por eles. Mas não caberia a ele fazer isso. Só quem pode se responsabilizar por uma criança é o pai ou a mãe. Fizemos um relatório e explicamos a este aluno

que ele estaria sujeito às punições cabíveis desta situação. Graças a Deus nada aconteceu com as crianças.

**INFORME – No geral, a relação entre vocês é pacífica?**

R: A nossa relação sempre foi pacífica. Aqui na FFLCH sempre se busca a conversa.

**INFORME – Nesses anos todos de FFLCH, em qual época sentiu que as coisas estavam mais problemáticas para a sua função?**

R: Foi em torno de 1998. Os problemas foram na área de trabalho, com a chefia de segurança. O pessoal não era profissional. Depois da reformulação, melhorou. A gota d'água foram diversos problemas que houve na Feira do Livro. Hoje em dia, trabalhamos em um ambiente super saudável e o serviço é feito direitinho.

**INFORME – Foi a partir da gestão do professor Sedi Hirano, então, que esta situação melhorou?**

R: Na minha opinião foi, sim, a partir da gestão do professor Sedi.

**INFORME – O que aconteceu na Feira do Livro?**

R: O problema é que a vigilância da FFLCH foi requisitada para cobrir o evento, mas foi chamado também um pessoal terceirizado. Esta decisão acarretou diversos problemas, em especial porque os terceirizados foram contratados com vantagens superiores às dos vigias da casa para fazerem absolutamente a mesma coisa.

**INFORME – O que dificulta suas atividades atualmente?**

R: Ultimamente, as dificuldades são as festas que mencionei. Se não fossem elas, poderíamos considerar a FFLCH bem tranquila.

**INFORME – E o que facilita?**

R: A facilidade do nosso serviço é ter o respaldo da diretoria. Tudo o que nós fazemos é planejado, passado para a chefia de imediato e também para a diretoria. O apoio da diretoria é fundamental também para melhorar o ambiente de trabalho. Os resultados também são afetados positivamente. Temos, hoje, planos de segurança para todos os prédios e quase todos eles foram aprovados.

**INFORME – Fora da sua área de atuação, você**



**acha que a FFLCH mudou muito nesse tempo em que esteve aqui?**

R: A FFLCH mudou. Para melhor. Destaco até o motivo da terceirização, que é polêmica, mas na questão da vigilância melhorou. Não deixamos nenhum prédio desguarnecido. Antes trabalhávamos em duplas, e muitas vezes um colega tinha que ficar sozinho em um prédio, devido a problemas ocorridos em outros. Tivemos até que fechar algumas portas no prédio das Ciências Sociais devido à falta de pessoal para cuidar da segurança. O nosso relacionamento com os terceirizados é ótimo.

**INFORME – Vocês têm que resolver problemas que têm origem política?**

R: Sempre temos que agir, mas com muita cautela e com “jogo de cintura”. Como as situações são políticas, tentamos resolver politicamente.

**INFORME – Qual foi a época mais problemática?**

R: Ultimamente tem sido pior. Há muitas brigas políticas dos alunos com o diretor e temos que agir mais freqüentemente. A nossa postura é sempre tentar resolver na conversa. Os alunos muitas vezes entendem.

**INFORME – Alguma vez foi necessário chamar a polícia?**

R: Chamamos pela primeira vez há um mês. Havia pessoas sem vínculo com a FFLCH fazendo da “Área Verde” um albergue. Queriam passar a noite inteira lá e dormiam até às nove ou dez horas da manhã. Nem o pessoal da limpeza podia realizar seu trabalho pois eles não permitiam a entrada. Tivemos que chamar a polícia por tentativa de agressão: quando a vigilância tentava resolver a situação, os indivíduos vieram para cima da gente.

**INFORME – O que poderia melhorar no funcionamento da FFLCH?**

R: Acho que se forem aprovados nossos planos de segurança a situação vai melhorar bastante. Teremos até câmeras nas entradas dos prédios. Se fosse possível, também seria bom colocar catracas nas entradas dos prédios, para que a entrada de pessoas fosse melhor identificada.

**INFORME – Desde quando vocês estão aguardando a aprovação e a implementação dos planos?**

R: Desde o ano passado. Há muita discussão sobre o tema. Alguns departamentos concordam e outros não. Ainda está tudo em fase de discussão

política. Não há ainda uma data certa para finalizar.

**INFORME – A reforma dos prédios vai alterar de que modo a atuação da vigilância?**

R: Acredito que o projeto, como está desenhado, vai contribuir positivamente.

**INFORME – O que te surpreendeu na FFLCH, durante todo o tempo em que esteve aqui, para o lado bom e para o lado ruim?**

R: Olha, o que me surpreende é a troca da diretoria, pois em algumas há grande respaldo, e em outras há um relaxamento na questão da segurança. Hoje em dia a segurança da FFLCH é bem vista.

**INFORME – Dentro da USP, como é avaliada a vigilância da FFLCH?**

R: Dentro da USP, vejo a nossa unidade como uma das melhores, até porque não há grande rotatividade de vigilantes. Há unidades em que não existe diálogo com os vigilantes.

**INFORME – Na FFLCH acontecem problemas de assalto?**

R: Na FFLCH faz um tempo que não temos. Existe muito furto de veículos no bolsão próximo à Luciano Gualberto, mas essa é uma responsabilidade da Guarda Universitária. Os furtos que têm acontecido são de equipamentos dos próprios Departamentos. Nas Letras e nas Ciências Sociais houve roubo de datashows e notebooks dos Departamentos. Nesses casos, agimos dentro de um procedimento no qual chamamos os responsáveis pelo Departamento para nos acompanharem ao 93ºDP para registrar o Boletim de Ocorrência, até porque se trata de roubo de patrimônio público. A Guarda Universitária também faz o seu relatório. Caso seja necessário instaurar uma sindicância – por exemplo em uma falha da empresa de vigilância terceirizada -, nós instauramos, e se for confirmada a falha, a empresa terá que ressarcir a FFLCH pelo patrimônio subtraído.

**INFORME – Qual o período mais delicado da segurança?**

R: O período mais perigoso é quando a Universidade está quieta. Constatamos que quando há pouco movimento a chance de alguma coisa ocorrer é

maior do que nos dias de atividade plena. É o contrário do que se imagina, como nos casos de pichações: quanto mais sossegada está a unidade, mais casos de pichações enfrentamos.

**INFORME – Então pichações também são um problema na FFLCH?**

R: Sim, ultimamente temos enfrentado esse problema. Se a vigilância pega – nessa semana, por exemplo,

pegamos dois casos –, após identificar os infratores, chama a Guarda Universitária, que averigua os fatos, acrescenta o nome do aluno que foi pego e simplesmente libera o aluno. Falando francamente, não há nenhuma punição para quem faz isso, nem para os reincidentes.

**INFORME – Qual é o conteúdo das pichações?**

R: Política.

## SOLANGE, FUNCIONÁRIA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FFLCH

POR LAÍS LUCAS MOREIRA

Solange possui uma família diferente das atuais. Mãe de 11 filhos, em entrevista ela fala a respeito de seu sentimento de maternidade e de como administrar essa estrutura atípica nos dias de hoje.

**INFORME: Fale um pouco sobre sua carreira na FFLCH e como funcionária da USP. Desde quando você começou a trabalhar aqui? Em que cargo e qual é sua função hoje?**

**Solange Maria da Costa Guarinello:** Comecei a trabalhar na USP em 1979, na época, no cargo de escriturária. Hoje em dia, trabalho no Departamento de História, na comissão de ensino, como secretária. Quando entrei no Departamento, trabalhava na secretaria, onde fiquei um tempo. Da secretaria, fui para a biblioteca; depois para o setor de periódicos, trabalhar com documentos raros. Depois de um tempo saí da biblioteca e voltei para secretaria do DH. Estava esperando aposentar-me em setembro, mas mais uma vez a lei para aposentadoria dos autárquicos foi alterada.

Sou autárquica, sou a segunda funcionária mais antiga da FFLCH, estou aqui há 29 anos. Nesse período, trabalhei, militei, tanto que sou uma pessoa conhecida como meio “polêmica” e as pessoas acham que sou meio brava, mas isso é normal.

**INFORME: Sabemos que você possui uma estrutura familiar diferenciada, como ela é?**

**SMCG:** A minha família, realmente, é bem diferenciada. Eu tive dois filhos de uma relação, aí me separei. Meu marido, [Solange é casada com o Professor Norberto Luiz Guarinello, do Departamento de História da FFLCH] quando se separou tinha dois fi-

lhos. Então éramos três, viramos seis.

Em um primeiro momento, foi um choque, já que éramos só eu e os dois meninos, foi super diferente, mas a relação foi muito boa, desde o início. Os meus filhos se deram muito bem com o Norberto, meu marido, e com os filhos dele também, sempre se integraram como irmãos. O que é muito interessante é que a minha filha se identificou muito com o filho menor dele, e o meu mais novo com o mais velho dele. Então, na hora de escolher os quartos, não eram os irmãos entre si, era um de um e um de outro. Aí ficou super tranquilo. Depois de um ano, eu engravidei e tivemos o Luiz Manuel, que tem 11 anos. Viramos sete. Dois anos depois, nasceu a Eulália. Viramos oito.

Eu sempre me dei muito bem com a minha família, sou assim, como um pólo que quando as coisas acontecem, vão para lá. Em 2005/2006, minha irmã, que tem quatro filhos, deixou as crianças, praticamente as abandonou, por uma série de questões. Elas ficavam em casa, sozinhas. Aí nós resolvemos, num primeiro momento, levar as crianças para casa. Era uma de sete, um de oito, um de onze e um de quinze anos. Então coincidiu: nós ficamos com duas de sete, dois de nove, um de catorze, dois de dezesseis, um de dezoito e um de vinte; então veio mais um sobrinho, que também tinha vinte e tínhamos ainda, uma filha com vinte e dois. Viramos treze.

Esses quatro, nós adotamos, temos a guarda definitiva, porque eles estavam abandonados. A gente já ajudava, pagava escola, mas a minha irmã não cuidava. A menina, por exemplo, estava na escola, mas não lia; outro dos que nós adotamos também tem uma série de dificuldades, ele tem o ritmo diferente, o raciocínio, a parte cognitiva, tem certa dificuldade em acom-

panhar. Aí veio outro sobrinho para estudar em São Paulo. Então, de repente, na nossa casa, tinha cinco pessoas a mais. Para a família, que tinha que se adaptar, foi difícil, precisava dividir o espaço, os quartos, foi um choque, até todo mundo se integrar. Mas a gente também não tinha opção. Foi tudo muito conversado: ou a gente pega, adota e cuida, ou vai visitar todo mundo na cadeia. Resolvemos pegar todo mundo. No início foi difícil, foi sofrido para eles, acho que para os sobrinhos que vieram, menos, mas pros nossos filhos foi difícil, para nós também, um período de adaptação. Mas com o passar do tempo, as coisas foram se encaixando, e hoje nós somos treze e ainda temos dois cachorros que fazem parte da família, o Esteves Aníbal e o Alfredo.

Nossa estrutura familiar é bem diferente mesmo, não tem família como a nossa. Todos os quatro menores estudam na mesma escola, particular, um dos sobrinhos faz cursinho, e as normas iguais são para todos: se tiver que apanhar, apanha, ficam de castigo... Mas nós deixamos bem claro aos sobrinhos: eles têm mãe e pai, assim como nossos filhos. Embora eles não convivam com a mãe, eu sou a tia, o Norberto é o tio e eles são os primos; isso a gente preserva, mas fazemos parte de uma família só. A nossa casa é a casa deles, todo mundo tem uma cama e seu armário. Em cada quarto são três ou quatro, e ainda tem um quarto com outra cama e um colchão para receber amigos, pois sempre vai muita gente em casa. É uma casa que recebe todo mundo.

**INFORME: Quais as vantagens e desvantagens de se ter uma família deste tamanho, atípica nos dias de hoje?**

**SMCG:** Eu acho que a vantagem é a convivência, o aprendizado, e você poder dividir, conhecer as pessoas, conseguir lidar com as diferenças, perceber suas intolerâncias... essa é a vantagem, é a coisa da vida, o contato com o ser humano que hoje em dia não se tem oportunidade de ter. Respeitar o próximo, dividir, saber que existe o outro e está ali, dentro da sua casa. Saber que você vai aprender as coisas ali dentro, como os 'nãos', o respeito, o pedir desculpas e os conflitos, tudo começa dentro de casa. Assim, fica mais fácil para quando você sair poder entender a realidade.

A desvantagem acho que é o fator econômico, porque é difícil você gerenciar isso, já que é uma família muito grande. E também tem os conflitos, tem um que

não fala com o outro, ficam um tempo sem se falar, depois voltam. E isso é desgastante, porque o tempo todo você está atuando, está administrando, para o bem e para o mal. Isso é cansativo, você não tem descanso, a família é muito grande, são demandas grandes e cada hora é um, cada pessoa é uma pessoa. Mas por outro lado é positivo: em crise, a família se une para proteger aquela pessoa, para amparar; mas ao mesmo tempo, também se une para detonar, gente querendo "linchar" gente em casa.

**INFORME: É natural que surja um sentimento de diferenciação de um para com o outro. Como você faz para lidar, amenizar esse sentimento?**

**SMCG:** Olha, existe sim, essa coisa de se sentir diferente. E em uma família grande, uma coisa que emperra: todo filho diz que gostaria de ser filho único. É uma fantasia e fica muito esse "ah, se eu fosse filho único, tudo viria para mim, tudo seria mais fácil...". Mas o que a gente procura fazer quando eles têm essa sensação de que estão sendo tratados de maneiras diferentes, é tentar conversar e mostrar que não é isso. Apesar de que sempre tem alguém que acha que está sendo desfavorecido. Em uma família grande, não tem como você contemplar a todos. Mas a gente vai trabalhando e respeitando os limites.

**INFORME: Recentemente o país ficou em choque com o caso da menina Isabela. Juntando esse enorme sentimento de maternidade com o que aconteceu, como você reagiu a tudo isso, qual foi sua posição?**

**SMCG:** No primeiro momento, enquanto mãe, eu fiquei chocada. Eu não acreditei, não quis acreditar que o pai tivesse alguma participação nesse crime. Na minha cabeça era impossível. Porque eu sou mãe, os meus filhos, a minha família, estão acima de tudo, de qualquer coisa; além disso, eu adoro crianças, tanto que a minha casa vive cheia. Até agora, é muito difícil para eu elaborar que o pai tenha participado. Agora, já diante das provas, das evidências, eu acho que, como um mecanismo de defesa, na minha cabeça entra que a madrasta se descontrolou e o pai quis evitar um mal maior para a família, pensando nos outros filhos. Eu ainda me apego nisso para poder acreditar na vida, nas pessoas, que o pai quis proteger os outros filhos com esse ato, com essa coisa absurda que aconteceu. Mesmo para mãe, para a madrasta que fez isso, para mim, só pode ter acontecido

em um momento de surto - porque isso ocorre como algo patológico - mas se o pai teve alguma participação, para mim fica como uma tentativa de resguardar a família, um sentimento maior. Eu não consigo conceber a maternidade, a paternidade de outra maneira.

Esse caso chocou e choca o país, mas o que eu percebo é que todos ficaram com muita raiva, muito ódio. Mesmo sem saber direito o que aconteceu, a idéia era linchar, era matar. A preocupação maior não era o que aconteceu com a menina, mas a raiva toda. Esse caso tem que ser apurado e os responsáveis têm que ser punidos, mas há uma grande diferença entre vingança e punição. Isso serve de alerta a todos nós.

Outra questão são os casos de pedofilia que vêm acontecendo. Isso sempre aconteceu e eu sempre orientei os meus filhos, desde pequenos, já com 2 ou 3 anos. A gente conversa muito abertamente na minha família, a respeito de tudo, de sexo, de camisinha, sempre com todo o respeito. E com as crianças, com todos os pequenos, eu sempre orientei. Tanto que a gente sempre teve muita preocupação com banheiro de shopping, ficar sozinho, sentar em colo, aceitar carinho, esse tipo de coisa. E qualquer coisa diferente, eu sempre falo: “pode gritar, pode chamar”.

A questão da pedofilia é muito cruel, eu não entendo isso. Eu acho ótimo que aquele coronel tenha se matado, mesmo. Porque uma pessoa que tem uma família, que tem filhos, praticar isso, é inaceitável. E uma coisa que falta para nós, pais, irmãos, tios, cidadãos é orientação às crianças. É estar o tempo todo olhando, deixar o preconceito de lado e admitir que isso acontece. Muitos pais, muitas pessoas não falam por mero preconceito, por vergonha, achando que nunca vai acontecer. Essa situação é inadmissível. Eu sou muito materna, sou muito família e eu acho que a criança, principalmente, tem que ser respeitada, não pode ser constrangida em momento algum.

Na minha família, nós temos muito problema com o racismo, já que nós temos brancos e negros. Eu digo que todos somos negros, mesmo a minha filha, que é branquinha e tem os cabelos lisos, eu digo que pertence à raça negra, para a gente poder respeitar, acreditar e valorizar. Mas os meus filhos sofrem preconceitos. Por exemplo: eles estudam juntos e fazem natação na educação física. Na semana passada, aconteceu um incidente. Eu fico na biblioteca, lendo, quando o Luiz Manuel, que é mais claro, entrou, usou o computador, sendo que nem poderia. O Fernando, que foi o que eu

adotei, é negro e, quando entrou na biblioteca, a moça falou “Criança aqui, não entra”, sendo que o outro já tinha entrado. Ele me falou e eu fui conversar. Falei que achava que tinha sido um equívoco e ela manteve a postura. No dia seguinte, fui falar com a bibliotecária e com a Assistente Acadêmica. Ela disse que era uma orientação, que não podia entrar criança mesmo. Eu peguei o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, levei para ela, falei o que constava, que nenhuma criança pode ser constrangida, em momento algum. No final eu perguntei se aquilo era uma deliberação ou uma orientação. Ela me respondeu que era uma orientação, então significa que todos vão entrar.

A minha família, por ser diferenciada, ter brancos, negros, mais claros, de cabelo liso, com postura de burguês, a gente sofre muito com isso e é o tempo todo lutando, eles sabem.

#### **INFORME: Existe mais algum aspecto dessa convivência em uma família tão grande?**

**SMCG:** O que eu queria acrescentar é sobre a ONG. Tem uma ONG na frente de casa, que trabalha com pessoas especiais, de todas as formas, seja Síndrome de Down, seja Autismo, e as minhas crianças vão lá fazer oficinas. O Fernando começou a ir porque precisava de acompanhamento. Era um menino muito agressivo, com um histórico muito difícil de vida. Começou a ir, deu uma acalmada, e os outros também foram acolhidos. Lá, nós temos outra família que está sempre convivendo com a gente, praticamente todos os dias. Eles freqüentam a nossa casa, são pessoas ótimas, carinhosos, amigos e, assim como a nossa família, acolhe as pessoas, somos acolhidos por todos lá.

Uma coisa que eu falei do lado financeiro é que o custo é alto, mas nós recebemos muitas coisas. Por exemplo, o professor da escola de música deu bolsas para todos estudarem música. Então a gente também tem esse retorno da sociedade, mesmo no dentista, na escola, que são pagos. A cidadania é exercida o tempo todo. Essa ONG doa muito pão para nós, e esses pães, nós levamos para dividir com os funcionários da escola, com os funcionários da limpeza aqui da História, é um pão que rende muito. A gente vive o tempo todo interagindo.

Pode até parecer piegas, mas o amor e o respeito são piegas. Aqui na FFLCH eu sou uma pessoa polêmica, mas uma coisa que a gente tem que parar para pensar é que, se as pessoas pararem para nos ouvir, não só aquilo que sai da boca, mas olhar pelas nossas atitudes e

ouvir com o coração, a gente consegue resolver uma série de coisas. Num primeiro momento, está todo mundo com muita pressa e só ouve o que sai da minha boca, que pode estar saindo de uma maneira mais agressiva. Eu sei que eu sou uma pessoa agressiva no falar, mas na convivência, não. Isso, de parar um pouquinho para observar o outro, é o que eu passo para os meus filhos. Na escola, quando tem alguma criança que tem problema no grupo, ela é mais agressiva, briga com todo mundo. O que eu passo pros meus filhos? “Vamos parar e dar uma olhada. Que tal se você tentar conversar, se você der uma chance para ele? Se ele está agindo assim, é porque ele tem uma série de dificuldades. Porque a gente não se coloca no lugar dele?” Assim, eles acabam resolvendo uma série de problemas. Esse contato, esse acompanhamento acontece o tempo todo. Eu faço na escola deles, com os amigos. A gente tem uma relação muito boa, eles me contam tudo. É você parar para olhar o outro, não só aquilo que está saindo de negativo, mas se você olhar, vir o que tem ali, o que está acontecendo, nós podemos nos relacionar de uma maneira bem melhor. É ouvir com o coração mesmo.

#### Os filhos

| Nomes | Idades |
|-------|--------|
|-------|--------|

#### Filhos

|               |    |
|---------------|----|
| Adriana       | 24 |
| João Henrique | 22 |
| Teodoro       | 19 |
| Leonardo      | 18 |
| Luiz Manuel   | 11 |
| Eulália       | 09 |

#### Sobrinhos – guarda definitiva

|            |    |
|------------|----|
| Diogo      | 22 |
| Keké       | 18 |
| Felipe     | 14 |
| Fernando   | 11 |
| Ana Renata | 09 |

Solange Maria da Costa Guarinello  
Norberto Luiz Guarinello

## PRODUÇÃO DA FACULDADE



### CAMPO FRANCÉS

MAX AUB

EDICIÓN, INTRODUCCIÓN Y NOTAS DE VALERIA DE MARCO

Julio no acepta ningún compromiso político. Su Hermano Juan, um militante revolucionário em El frente, termina recluso em El campo de concentración de Vernet.

Lãs autoridades francesas colaboracionistas arrestan entonces también em Paris a Julio.

Maria, su mujer, tratará de liverarlos...

Como parte del exhaustivo retablo *El laberinto mágico* – compuesto por *Campo cerrado* (1943), *Campo abierto* (1951), *Campo de sangre* (1945), *Campo Del Moro* (1963), *Campo francés* (1965), *Campo de los almendros* (1968), y veinticinco cuentos - , La aparición de *Campo francés* provoco um gran impacto, tanto por su temática – La

actualización Del éxodo republicano hacia Francia enmarcado em El comienzo de La II guerra mundial – como por su forma no habitual, de libro “dialogato”, escrito como um guión cinematográfico que mezcla documental y ficción.

Editora Castalia – [www.castalia.es](http://www.castalia.es)



## LITERATURAS ARTES E SABERES

### Organização

SANDRA NITRINI (USP) – COORDENADORA

HELENA B.C. PEREIRA (MACKENZIE), MARIA CÉLIA LEONEL (UNESP/ARARAQUARA), ANDREA SAAD HOSSNE (USP), VERA BASTAZIN (PUC/SP) E ORNA LEVIN (UNICAMP)

Neste livro discutem-se as relações entre “literaturas, artes, saberes” sob o enfoque das teorias literárias e comparatistas clássicas e atuais. Em tempos ameaçadores para a Literatura, em espaços institucionais, retomam-se reflexões sobre sua natureza e função na atualidade e sobre seu diálogo com outras artes e saberes.

ABRALIC

Editora Hucitec

## OLIBERALISMO IGUALITÁRIO

SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E JUSTIÇA INTERNACIONAL

ÁLVARO DE VITA

Este livro realiza um esforço de formulação de uma teoria política normativa que pode ser designada “liberalismo igualitário”, de inspiração rawlsiana, procurando ainda identificar o registro adequado para examinar objeções que a ela foram feitas por autores de perspectivas teóricas distintas – entre outros, Robert Nozick, Friedrich Hayek, Amartya Sen, G. A. Cohen, Jürgen Habermas, Charles Taylor, Iris Young, Michael Walzer e Richard Rorty. Em uma primeira dimensão, o desafio enfrentado é o de igualdade socioeconômica e de justiça distributiva, dois valores políticos que ocupam uma posição de primazia no pensamento socialista, que exprima de forma apropriada a igualdade de *status* social que desejamos garantir aos cidadãos de uma sociedade democrática. Em uma segunda dimensão, o esforço é o de mostrar como a perspectiva normativa liberal-igualitária pode ser empregada para enfrentar as questões de pobreza e desigualdade que se apresentam em âmbito mundial.



Livraria Martins Fontes Editora Ltda.

[www.martinsfonteseditora.com.br](http://www.martinsfonteseditora.com.br)



## LITERATURA E SOCIEDADE – Psicanálise 10

Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada publica, desde 1996, a revista *Literatura e Sociedade*. A revista é composta por três seções: sob a rubrica *Ensaio*, pretende-se discutir questões fundamentais do fenômeno literário, como a teoria dos gêneros, literatura e sociedade, relações com outras artes e áreas do conhecimento, grandes autores e grandes obras e questões de história literária, entre outras; *Depoimento* traz testemunhos, entrevistas e memórias de leitores exemplares; a seção *Biblioteca* apresenta notas, resenhas e comentários de obras publicadas no Brasil e no exterior, destinando-se também, com a seção *Rodapé*, à recuperação de textos importantes que estejam fora de circulação.



## O CONSUMIDOR E SEUS DIREITOS

*CIMÉA BARBATO BEVILAQUA*

Como surgem os conflitos nas relações econômicas cotidianas? Quais são os caminhos trilhados pelos consumidores para garantir os seus direitos? O que a Antropologia tem a dizer sobre os mecanismos de funcionamento do mercado e sobre as formas de intervenção do Estado neste domínio? Eis algumas das questões desenvolvidas pela autora a partir de cuidadosa pesquisa de campo sobre conflitos nas relações de consumo. Mesmo as transações econômicas mais pessoais e transitórias pressupõem, entre contratantes, alguma equivalência moral, cujo rompimento suscita animosidades – para além dos defeitos de um produto ou do desequilíbrio material da transação. A perspectiva etnográfica conduz a uma compreensão original da dinâmica do mercado e dos direitos

atribuídos aos consumidores pelo ordenamento jurídico.

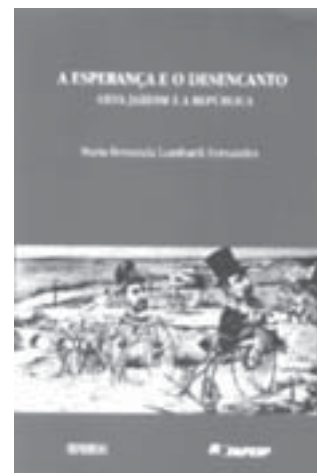
Editora Humanitas - [www.fflch.usp.br](http://www.fflch.usp.br)

## A ESPERANÇA E O DESENCANTO: Silva Jardim e a República

*MARIA FERNANDA LOMBARDI FERNANDES*

Este livro empreende a análise do pensamento e da ação política de Silva Jardim, um dos maiores propagandistas da República. Silva Jardim viveu em meio ao contexto político da Abolição e da República. Militante abolicionista e republicano, travou inúmeras batalhas com nomes de peso do cenário nacional, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva. Republicano radical, construiu um projeto republicano alternativo ao hegemônico, projeto este que é explicitado ao longo desta obra.

Editora Humanitas - [www.fflch.usp.br](http://www.fflch.usp.br)



## CUADERNOS DE RECIENVENIDO 23/2008

*SUSANA ZANETTI*

Susana Zanetti, neste trabalho, realiza um estudo sobre as relações entre literatura e sociedade na América Latina, a partir da abordagem de dois romances do início do século XX: *O triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto e de *El juguete rabioso*, de Roberto Arlt. Sua análise dessas obras permite a reflexão sobre o papel da biblioteca como um local emblemático de um projeto de modernização do Estado, que tendia a normatizar a atividade da leitura em torno de uma idéia de nação moderna que suprimia as diferenças.

Editora Humanitas - [www.fflch.usp.br](http://www.fflch.usp.br)



### CUADERNOS DE RECIENVENIDO 24/2008

MARCY SCHWARTZ

As relações de Julio Cortázar com a fotografia são marcas de seu universo literário. *Prosa del Observatorio* (1972) e *Alto del Peru* (1984) são dois projetos literário/fotográficos do escritor quase despercebidos pela crítica que foram analisados por Márcia Schwartz em uma conferência realizada na Universidade de São Paulo em 2006. O texto aqui apresentado faz parte dos estudos da Profa. Schwartz sobre as relações entre fotografia e literatura na América Latina.

Editora Humanitas - [www.fflch.usp.br](http://www.fflch.usp.br)

### ENSAIOS SOBRE CECÍLIA MEIRELES

LEILA V.B. GOUVÊA (ORG.)

Um sobrevôo sobre o conjunto da obra poética, por Alfredo Bosi; um sutil olhar sobre a construção do auto-retrato, na ótica de Nádia Battella Gotlib; um ensaio inovador sobre as obras-primas de Solombra escrito por João Adolfo Hansen. Estas são algumas das “pedras de toque” do mosaico crítico sobre a obra multifacetada e a personalidade literária de Cecília Meireles, composto por este livro. Seu ponto de partida foi o Seminário Internacional realizado na USP, em 2001, em celebração ao centenário de nascimento da escritora. Nesse entretempo, a coletânea absorveu ainda artigos de outros pesquisadores. Dezessete estudos sobre Cecília Meireles trazem agora ao leitor textos de autoria de renomados ensaístas e professores do Brasil, dos Estados Unidos e de Portugal, num conjunto de abordagens que expande, enriquece e atualiza a fortuna crítica da autora do *Romanceiro da Inconfidência*.

Editora Humanitas - [www.fflch.usp.br](http://www.fflch.usp.br)



## INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - nº 44 - agosto de 2008



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Serviço de Comunicação Social – SCS

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717  
Cidade Universitária – CEP 05508-900 – São Paulo/SP  
Tel/Fax: (11)3091-4612 – Fone: (11)3091-4938 e 3091-1513